

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**ESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS PARA A
INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**

Luiz Antonio de Verçosa
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2024**

LUIZ ANTONIO DE VERÇOSA

**ESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS PARA A
INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Luana Ferreira Dos Santos

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

V473e
2024 Verçosa, Luiz Antonio, 2024-
Estruturação da Universidade do Estado do Amazonas para
a interiorização do ensino superior / Luiz Antonio Verçosa. –
Viçosa, MG, 2024.

1 dissertação eletrônica (67 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Luana Ferreira dos Santos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Administração, 2024.

Referências bibliográficas: f. 61-64.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.785>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Universidade do Estado do Amazonas. 2. Ensino superior
- Aspectos sociais - Amazonas. 3. Ensino superior -
Administração. 4. Desenvolvimento econômico - Aspectos
sociais. I. Santos, Luana Ferreira dos, 1990-. II. Universidade
Federal de Viçosa. Departamento de Administração. Programa
de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 22. ed. 378.8113

Bibliotecário(a) responsável: Bruna Silva CRB-6/2552

LUIZ ANTONIO DE VERÇOSA

**ESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS PARA A
INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 5 de setembro de 2024.

Assentimento:

Luiz Antonio de Verçosa
Autor

Luana Ferreira Dos Santos
Orientadora

Essa dissertação foi assinada digitalmente pelo autor em 26/11/2024 às 16:30:41 e pela orientadora em 26/11/2024 às 21:36:59. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **OZ42.YSR2.DF1W** e clique no botão 'Validar documento'.

Ao meu saudoso pai, Edgard Verçosa, pela dedicação e cuidado com minha formação como ser humano, e, principalmente, pelo exemplo de dignidade e tolerância com a modalidade de todos nós.

À minha esposa, Roseane, amada companheira, sempre presente em todos os momentos, alentando e impulsionando meu ser a seguir em frente, sempre praticando o bem.

Às minhas filhas, Priscila e Maria Clara, por serem a luz do nosso farol que mantém iluminado o caminho de nossa vida.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Por uma questão hierárquica, ao Criador, pela oportunidade da vida e de poder trilhar o caminho do bem.

À minha orientadora, Prof.^a Luana Ferreira dos Santos, pelo carinho, atenção e compreensão, que me sustentaram nos momentos em que mais tropecei, com suas colocações e observações precisas e de extremo valor.

À coordenação do Prof. Wescley Xavier e de todo o corpo docente da UFV pela atenção e grande competência, que só um grande conhecimento aliado a um profundo afeto pode realizar.

Aos meus amigos, e grandes professores, Cleto Cavalcante de Souza Leal e Luciano Balbino dos Santos por terem acreditado no meu trabalho, permitindo assim colaborar com nossa Universidade.

Aos meus amigos professores do Curso de Engenharia de Materiais da Escola Superior de Tecnologia da UEA, em especial os amigos, Adalberto Miranda, José Costa e Roger Hoel Bello, pelo incentivo em prosseguir neste mestrado.

Aos amigos da Reitoria da UEA que tanto me ajudaram na composição do conteúdo desta dissertação.

Aos colegas, companheiros de jornada deste mestrado, que alentaram com muita alegria os momentos de luta e intenso labor das disciplinas.

Por fim, ao meu Mestre Raumsol, criador desta ciência maravilhosa que é a Logosofia, cujos ensinamentos possibilitam na minha vida a realização de um processo de superação e evolução, para que eu possa ir me tornando um ser humano melhor.

RESUMO

VERÇOSA, Luiz Antonio de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, setembro de 2024. **Estruturação da Universidade do Estado do Amazonas para a interiorização do ensino superior.** Orientadora: Luana Ferreira Dos Santos.

Este estudo tem como objetivo analisar como a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) está estruturada física, administrativa, e academicamente para realizar a interiorização do ensino superior no estado do Amazonas, considerando desde as unidades de ensino, a estrutura de gestão aos cursos de graduação por demanda, ou, de oferta especial. Para obter as informações que permitissem a compreensão destes aspectos, foram realizadas, além de entrevistas, pesquisa documental, aproveitando a experiência obtida após vários anos de atuação junto à gestão voltada ao interior. A análise dos resultados permitiu a compreensão de como se dá a estratégia de interiorização da UEA, a configuração das estruturas de ensino nos municípios, a metodologia dos cursos de graduação, a tecnologia utilizada para a realização destes cursos, e como se está configurada a gestão para isso, através de uma Pró Reitoria inteiramente dedicada ao interior. Quanto à relação da interiorização do ensino superior com o desenvolvimento socioeconômico, foi possível perceber que, a quantidade de cursos ofertados alcança muitos municípios, particularmente os cursos da modalidade mediada por tecnologia, com um número pequeno de cursos, oito, mas alcançando muitas turmas, setenta e sete. Mesmo assim, este estudo mostrou que deverá haver maior foco da Instituição no atendimento das necessidades de desenvolvimento nas áreas de Emprego e Renda, Educação e Saúde, com base no índice Firjan de Desenvolvimento Municipal-FIRJAN. Para este último fator, verificou-se que, atualmente, somente 20% dos municípios que possuem os 10 piores índices tem algum curso ligado à área. Estruturalmente e administrativamente, a UEA realizou um sólido trabalho. A metodologia e estrutura dos cursos de graduação mediados por tecnologia mostra-se o grande diferencial acadêmico para alcançar uma grande quantidade de municípios, aliando tecnologia e ensino. O desenvolvimento, pela Instituição, de uma metodologia que, tendo como referência, um índice de desenvolvimento socioeconômico, como o IFDM -FIRJAN, poderá se constituir em uma base assertiva, ao sinalizar a necessidade de

desenvolvimento dos municípios do interior do estado abrindo assim uma janela grande oportunidade para a Universidade ajustar o foco decisório sobre a oferta dos cursos mais adequados para estas necessidades de desenvolvimento

Palavras-chave: interiorização do ensino superior; cursos de oferta especial da uea ; desenvolvimento socioeconômico ; Amazonas/AM

ABSTRACT

VERÇOSA, Luiz Antonio de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, September, 2024. **Structuring the Amazonas State University for the interiorization of higher education.** Adviser: Luana Ferreira Dos Santos.

This study aims to analyze how the Universidade do Estado do Amazonas (UEA) is structured physically, administratively, and academically to carry out the internalization of higher education in the state of Amazonas, considering everything from the teaching units, the management structure to the undergraduate courses, on demand or special offer. In order to obtain the information that would allow the understanding of these aspects, in addition to interviews, documentary research was carried out, taking advantage of the experience gained after several years of working with management focused on the interior. The analysis of the results allowed the understanding of how the UEA's internalization strategy works, the configuration of the teaching structures in the municipalities, the methodology of the undergraduate courses, the technology used to carry out these courses, and how the management is configured for this, through a Pro-Rector's Office entirely dedicated to the interior. Regarding the relationship between the internalization of higher education and socioeconomic development, it was possible to perceive that the number of courses offered reaches many municipalities, particularly the courses in the technology-mediated modality, with a small number of courses, eight, but reaching many classes, seventy-seven. Even so, this study showed that the Institution should focus more on meeting the development needs in the areas of Employment and Income, Education and Health, based on the Firjan Municipal Development Index (FIRJAN). For this last factor, it was found that currently only 20% of the municipalities with the 10 worst indexes have some course related to the area. Structurally and administratively, the UEA has done a solid job. The methodology and structure of the technology-mediated undergraduate courses prove to be the great academic differential for reaching many municipalities, combining technology and teaching. The development, by the Institution, of a methodology that, using a socioeconomic development index as a reference, such as the IFDM-FIRJAN, could constitute an assertive basis, by signaling the need for development of the municipalities in the interior of the state, thus opening a great window of opportunity for the University to

adjust the decision-making focus on offering the most appropriate courses for these development needs.

Keywords: interiorization of higher education; special offer courses at the uea; socioeconomic development; amazonas/am

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Número de Instituições de Educação Superior -2022.....	17
Figura 2 -- Número de vagas ofertadas em cursos presenciais de graduação -2022.....	18
Figura 3 – Municípios com alunos matriculados em Polo EaD.....	19
Figura 4 –Evolução dos Indicadores de Trajetória dos estudantes ingressos em 2013	20
Figura 5 – Impactos Regionais de Uma Universidade.....	22
Figura 6 –Fachada da UTAM, 1975.....	29
Figura 7 – Centros de Estudos Superiores UEA.....	36
Figura 8 – Núcleos de Ensino Superior UEA.....	38
Figura 9 – Polos de Ensino Superior UEA	41
Figura 10 –Estrutura organizacional da PROINT.....	41
Figura 11 – Cursos de Oferta Especial – Modulares presenciais – municípios atendidos	45
Figura 12 – Aula do Ensino Mediado – Vista do estúdio.....	47
Figura 13 – Cursos de Oferta Especial – Mediados por Tecnologia-municípios atendidos...	49
Figura 14 – IFDM dos municípios do Amazonas (Emprego e Renda)	54
Figura 15 - – IFDM dos municípios do Amazonas (Educação)	54
Figura 16 - – IFDM dos municípios do Amazonas (Saúde)	54

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Estrutura metodológica de pesquisa.....	33
Quadro 2 – Perfil dos entrevistados.....	34
Quadro 3 – Cursos de Graduação Regulares – Centros de Estudos Superiores	37
Quadro 4 – IFDM Emprego e Renda (10 mais baixos) (FIRJAN, 2018) vs. Cursos de graduação.....	55
Quadro 5 – IFDM Educação (10 mais baixos) (FIRJAN, 2018) vs. Cursos de graduação.....	56
Quadro 6 – IFDM Saúde (10 mais baixos) (FIRJAN, 2018) vs. Cursos de graduação.....	57
Tabela 1 - IFDM para os municípios do estado do Amazonas.....	53

LISTA DE SIGLAS

CAAE	Certificado de Apreciação Ética
CCOE	Coordenação de Cursos de Oferta Especial
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CES	Centro de Estudos Superiores
EaD	Educação à Distância
EPMT	Ensino Presencial Mediado por Tecnologia
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IF	Instituto Federal
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
NES	Núcleo de Ensino Superior
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PES	Polo de Ensino Superior
PIM	Polo Industrial de Manaus
PROGRAD	Pró Reitoria de Ensino de Graduação
PROINT	Pró Reitoria de Interiorização
PROPLAN	Pró Reitoria de Planejamento
SIS	Sistema de Ingresso Seriado
SPVEA	Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UTAM	Universidade de Tecnologia da Amazônia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.1. Ensino Superior no Brasil.....	16
2.2. Desenvolvimento socioeconômico e interiorização do ensino superior.....	21
2.3. Desenvolvimento socioeconômico e interiorização do ensino superior no estado do Amazonas.....	27
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	35
4.1 Estrutura física da UEA nos municípios do interior do Amazonas.....	35
4.2. Estrutura da gestão e dos cursos da UEA para a interiorização do ensino superior.....	40
4.3. Estratégia de interiorização do ensino superior da UEA e desenvolvimento socioeconômico.....	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	61
APÊNDICE 1 – Roteiro para a entrevista semiestruturada para a Pró Reitoria de Interiorização -PROINT/UEA	65
APÊNDICE 2 – Cursos de Oferta Especial – Modulares presenciais.....	66
APÊNDICE 3 – Cursos de Oferta Especial – Modulares Mediados por Tecnologia.....	66
ANEXO 1 – Parecer Consubstanciado do CEP/UFV	67

1. INTRODUÇÃO

A presente Dissertação se insere na temática da interiorização do ensino superior no estado do Amazonas, explorando como as iniciativas de expansão geográfica podem promover o desenvolvimento socioeconômico e melhorar a qualidade de vida das populações locais, especialmente em regiões de difícil acesso. Um dos aspectos relevantes da sociedade brasileira é o papel do ensino superior no sentido das funções que ele exerceu desde a vinda da família real portuguesa, no final do século XVIII. São condições estruturais para um desenvolvimento econômico e social consistente e perene no Brasil a qualificação e a expansão do ensino. (Neves; Martins, 2016).

Sendo um país de dimensões continentais, com contrastes socioeconômicos em todas as suas regiões e localidades, não chega a ser surpreendente constatar que o ensino superior no país reflete seu traço histórico persistente da sociedade. Neste aspecto, após décadas de carência de oferta e acesso ao ensino superior e flagrante desigualdade em termos de qualidade entre instituições de ensino, públicas e privadas, foram observados avanços na educação superior no período de 2003 e 2013 (Carvalho, 2015). A expansão das universidades públicas foi uma das principais políticas públicas dos governos Lula e Dilma, caracterizados por um cunho social.

Considerando as características de extensão territorial e socioeconômicas do Brasil e como estas geram desafios para o acesso ao ensino superior, estudar iniciativas de interiorização no ensino faz-se relevante, diante do alcance que expandir geograficamente o acesso à educação pode gerar de efeitos nos municípios e nas regiões contempladas. A educação é o meio e a forma mais efetivos para se alcançar o desenvolvimento e a emancipação de localidades interioranas por meio do fortalecimento das cadeias produtivas locais (Bruno, 2011; Barros, 2002).

A expansão do ensino superior via interiorização tem como objetivo levar melhorias nos setores educacionais aos municípios mais afastados e com baixos Índices que traduzem o desenvolvimento humano, (IDH) e índices econômicos (Costa Filho, 2019). Observando a história, a interiorização da educação superior no país é uma ação que teve sua sustentabilidade iniciada no trabalho que levou às universidades comunitárias, bem como do segmento das universidades estaduais e municipais. Com o passar do tempo, houve a alteração deste devido à necessidade de promover a melhoria de vida das populações distantes dos grandes centros urbanos, principalmente, dos jovens, permitindo-lhes assim o acesso ao ensino superior sem precisarem sair de seu local de origem (Mello, 2008).

A interiorização da educação superior pública é, sem dúvida, uma das únicas formas de muitos terem a real oportunidade de acesso a algum curso de graduação, trazendo qualificação profissional. Ainda, de acordo com Costa Filho (2019), a interiorização e a expansão da educação superior refletem um cenário complexo, tendo em vista que só tardiamente o Governo Federal passou a resolver o problema “de frente”. Em se tratando de universidades estaduais, que dependem do desempenho da economia local, isso é ainda mais lento.

Sendo assim, este estudo se propõe a estudar a política pública de interiorização do ensino superior no Amazonas, considerando as peculiaridades do estado. O Amazonas possui uma extensão territorial de aproximadamente 1.559.255,881km², sendo maior que a Região Nordeste, que possui 1.558.000,000 km², com seus nove estados (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2022). O estado é coberto em quase toda sua totalidade pela floresta amazônica, de clima tropical úmido, com uma bacia hidrográfica gigantesca, estruturada pelos leitos, ou “calhas” de cinco grandes rios: Solimões, Negro, Madeira, Purus e Juruá.

O Amazonas é o maior estado do país em área, também de dimensões continentais, composto por 62 municípios, cujo acesso é predominantemente fluvial ou em alguns casos aéreo. De acordo com dados do Censo Demográfico (IBGE, 2022), o Amazonas possui uma população de 3.941.175 habitantes - algo em torno de 2% da população brasileira - concentrando mais da metade dessa população, 2.063.547 habitantes, na capital, Manaus.

No estado do Amazonas, há três instituições públicas de ensino superior: o Instituto Federal do Amazonas (IFAM), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), sendo esta última o *locus* de realização deste estudo. A UEA foi criada em 2001, tendo com missão internalizar o conhecimento nos municípios do Amazonas, promovendo assim a melhoria da capacitação dos cidadãos, para que esses tenham condições de propor soluções voltadas para suas regiões, permitindo se desenvolverem de forma sustentável e que haja a melhoria da qualidade de vida daqueles que ali habitam. No entanto, a UEA vem, desde seu início, enfrentando com seriedade e inovação, os desafios para o cumprimento desta missão (Costa; Oliveira, 2011).

Os cursos de graduação da UEA foram criados com o compromisso de atender a complexa realidade amazonense. O Plano de Desenvolvimento Institucional da UEA (PDI /UEA, 2022) especifica o funcionamento das modalidades dos cursos de graduação, uma vez que existem os cursos de oferta regular e os cursos de oferta especial. Os cursos de oferta regular são aqueles cursos que todo ano, regularmente, oferecem vagas nos sistemas de ingresso da

UEA (vestibular e Sistema de Ingresso Seriado-SIS), e se destinam a formação de profissionais para as áreas tradicionais do saber das modalidades bacharelado, licenciatura e tecnologia. Já os cursos de oferta especial decorrem da necessidade de prover uma capacitação sólida e específica, necessária para alicerçar o desenvolvimento econômico de uma região, município ou de um conjunto deles. Os cursos criados para o atendimento específico a partir de uma demanda, em geral, não são enquadrados como de oferta regular, com o número de turmas ofertadas necessárias para o atendimento da demanda de capacitação (PDI UEA, 2012).

Diante dos aspectos apresentados, estudar a educação superior é ainda mais relevante em um estado como o Amazonas, diante da necessidade de políticas públicas para contemplar a população amazonense. As características físicas, apesar de grandiosas, tornam-se por si um desafio para a interiorização do ensino superior no estado. Neste sentido, esta pesquisa se propõe a buscar responder a seguinte questão: Como a UEA está estruturada para realizar a interiorização do ensino superior no Amazonas por meio dos cursos de graduação de oferta especial? No exercício de resposta a tal questão, o objetivo geral desse estudo consiste em analisar de que forma a UEA está estruturada física, administrativa, e academicamente para realizar a interiorização do ensino superior no estado do Amazonas, considerando os cursos de graduação de oferta especial. De forma específica, pretende-se compreender a abrangência dos cursos de graduação ofertados aos municípios do interior do Amazonas com o prisma focado no desenvolvimento socioeconômico.

Além dessa introdução, o estudo apresenta a revisão da literatura sobre interiorização do ensino superior no Brasil, o estado do Amazonas e suas características. Os procedimentos metodológicos abrangeram a realização de entrevistas com servidores responsáveis pela gestão e manutenção dos cursos de graduação no interior do estado, além de pesquisa documental para levantamento da situação estrutural e acadêmica dos cursos de graduação da UEA voltados para o interior do Amazonas. Os resultados destacam os principais achados do estudo e as considerações finais sugerem estudos futuros, principalmente no que se refere à estruturação de uma metodologia eficaz que possa basear o processo de tomada de decisão para a oferta apropriada de cursos aos municípios do interior, constituindo-se na continuidade dessa agenda de pesquisa.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção está dividida em três tópicos. O primeiro se refere à pesquisa realizada sobre o ensino superior no Brasil, histórico, características, números e importância. O segundo tópico aborda a relação entre o processo de desenvolvimento socioeconômico e o ensino superior no Brasil, quem são os atores impactados considerando o contexto regional e a expansão da educação como meio de desenvolvimento socioeconômico e a interiorização do ensino superior no país, a expansão da educação como meio de desenvolvimento socioeconômico, bem como o papel das universidades neste processo. O terceiro tópico refere-se à interiorização do ensino superior no estado do Amazonas, a história da implantação da Zona Franca de Manaus, as iniciativas pioneiras e as atividades da UEA, foco desta pesquisa, no âmbito da interiorização do ensino superior.

2.1. Ensino Superior no Brasil

Entre os benefícios da educação superior, existem aqueles que possuem uma característica individual (aumento do rendimento e da produtividade; melhoria dos cuidados com a saúde comunitária e individual), e social (relacionado à redução da pobreza, possibilidade para debates de questões críticas na sociedade, como as de cunho ambientais, liberdade, possibilidades e conflitos de gênero, raça, etnia etc.). Ainda, verifica-se um nítido avanço científico, seguido por outro tecnológico, além de possibilidades de avanço nas conquistas por liberdades individuais e coletivas. Ou seja, a atuação das universidades na sociedade pode ser vista em vários campos e por meio de várias ações (Silva; Silva, 2019).

A definição, a implementação e o desenvolvimento de uma política pública de acesso à universidade constituem um conjunto “*inputs*” oriundos, em larga medida, do cenário produtivo. A necessidade de uma força de trabalho mais apta e qualificada que seja capaz de “aprender a aprender” e dar respostas às qualificações que vão sendo criadas e desenvolvidas, inaugurando novas competências inerentes e exigidas para a vida na sociedade contemporânea, em contraposição aos requerimentos colocados pelos modelos taylorista/fordista, são elementos que permeiam a proposição das políticas públicas de educação (Aprile; Barone, 2009).

Em se tratando da realidade brasileira, o acesso ao ensino superior implica uma necessária incursão na história da educação superior, a fim de identificar e delimitar alguns marcos significativos de sua trajetória. Esses marcos concorreram, de forma direta ou indireta, para a definição e o delineamento da configuração das universidades brasileiras. De início, é fundamental que seja destacado que o país nunca teve um modelo próprio de universidade,

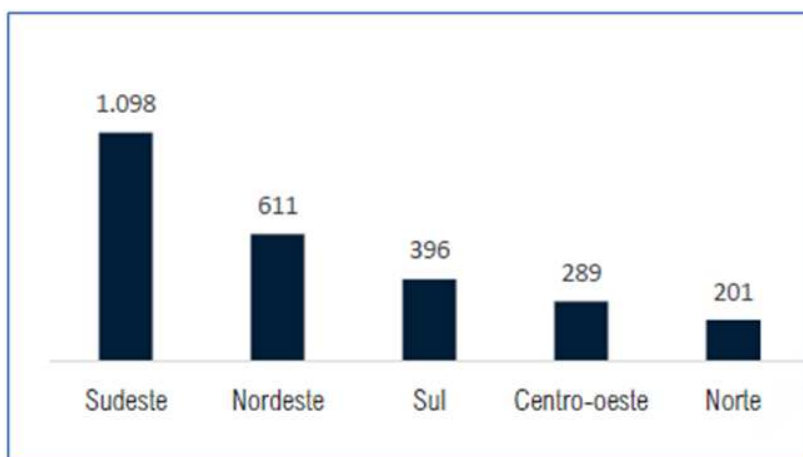
buscando valer-se sempre de modelos e de experiências encontrados em países centrais, podendo-se verificar uma superposição de modelos entre as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas.

O acontecimento do ensino superior brasileiro foi constituído tardiamente, quando comparado com o observado na realidade europeia e latino-americana. Já nos séculos XVI e XVII, existiam várias universidades na Europa. Os conquistadores portugueses mostravam-se, ao contrário do que ocorreu na colonização espanhola, aversos e hostis à implantação de liceus, escolas superiores e de universidades em sua colônia, o Brasil. As primeiras IES no Brasil foram criadas somente no início do século XIX, com o advento da transferência da corte portuguesa, em 1808, para o Brasil colônia (Neves; Martins, 2016).

As IES têm compromissos concretos e bastante explícitos com a excelência acadêmica integral e com a evolução da sociedade. Esses compromissos são assumidos tendo em a população, o mercado e a comunidade a que servem. O objetivo maior da educação não é apenas a transmissão do conhecimento de fatos, mas a aquisição de valores que vão fazer parte do acervo pessoal e da comunidade impactada. Por isso, pode-se dizer que a qualidade de uma universidade é observada na justa medida da qualificação dos alunos que dela egressam do que pelo tipo de alunos que nela ingressam (Juliatto, 2008).

Em 2022, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Brasil contava com 1.968 Faculdades, sendo 146 públicas, 381 Centros Universitários, sendo 10 públicos, 205 Universidades, destas 115 públicas e 41 Institutos Federais (IF's)/ Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET's), todos públicos. A distribuição destas IES por Região Geográfica pode ser observada na Figura 1.

Figura 1 - Número de Instituições de Educação Superior -2022



Fonte: Censo da Educação Superior 2022 – INEP.

No que tange às taxas de matrículas, a edição 2022 do Censo Superior alcança o marco de 9.443.597 matrículas de graduação. Dessas matrículas, 78,0% são privadas e 22,0%, públicas; o que corresponde a uma proporção de quase quatro matrículas privadas para cada matrícula pública e representa um aumento da participação das matrículas privadas (Brasil, Inep, 2023e). No detalhe da categoria privada, a maior parte (59,6%) é com fins lucrativos. Destaca-se que a maioria das matrículas de graduação (54,4%) se mantém vinculada a IES organizadas como universidades (INEP, 2022).

Em relação a 2021, registra-se, em média, aumento de 5,1% no total de matrículas, determinado pelo crescimento das matrículas privadas (6,6%), com estagnação das matrículas públicas (-0,1%). No que se refere à participação das matrículas por categoria administrativa, registram-se 59,6% em privadas com fins lucrativos; 18,4% em privadas sem fins lucrativos; 14,2% em públicas federais; 7,0% em públicas estaduais; e 0,8% em públicas municipais. Em termos de organização acadêmica, a maioria das matrículas concentra-se em universidades; 31,1%, em centros universitários; 12,0%, em faculdades; e 2,5%, em IFs e CEFETs (INEP, 2022).

Se considerarmos a oferta de vagas em cursos presenciais de graduação por região do Brasil, para a população entre 18 e 24 anos (Figura 2), nota-se que esses números reafirmam a herança concentradora que privilegiava as metrópoles e regiões com maior poder aquisitivo (Carmo; Almeida; Queiroz, 2023).

Figura 2 - Número de vagas ofertadas em cursos presenciais de graduação -2022

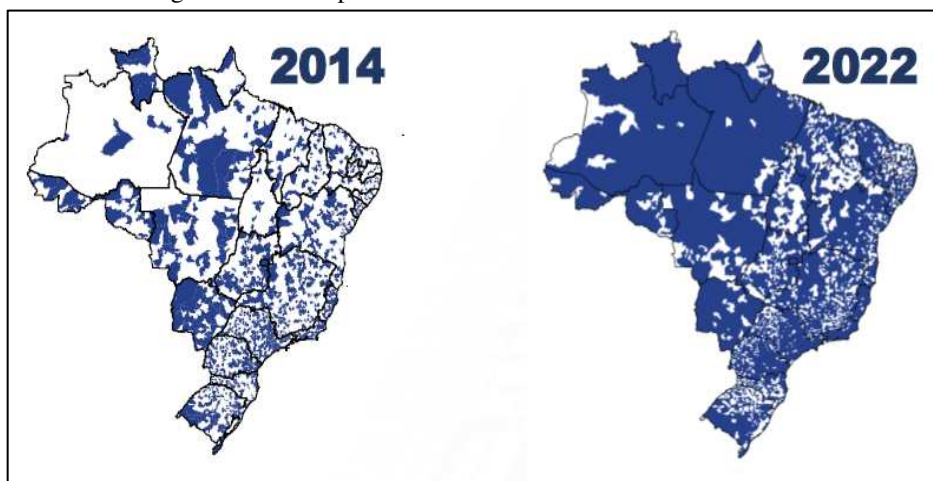


Fonte: Censo da Educação Superior 2022 – INEP.

No Brasil, observa-se uma unanimidade de percepção de que a expansão e a qualificação do ensino superior são condições básicas e estruturais para um desenvolvimento socioeconômico, consistente e perene. Paradoxalmente à esta percepção, verifica-se que a taxa de matrícula neste nível de ensino no país é uma das mais baixas se comparada com países de nível de desenvolvimento semelhante, e o desempenho geral do sistema tem sido bastante questionável (Neves; Martins, 2016).

Paralelamente, de acordo com o Censo da Educação Superior (2022) realizado pelo INEP, observa-se que, em 2022, foram ofertados 9.186 cursos de graduação. Observou-se um expressivo aumento de matrículas na modalidade EaD, presente então em 3.219 municípios brasileiros, o que correspondeu a um aumento de 87% se comparado a 2014, como mostrado na Figura 3.

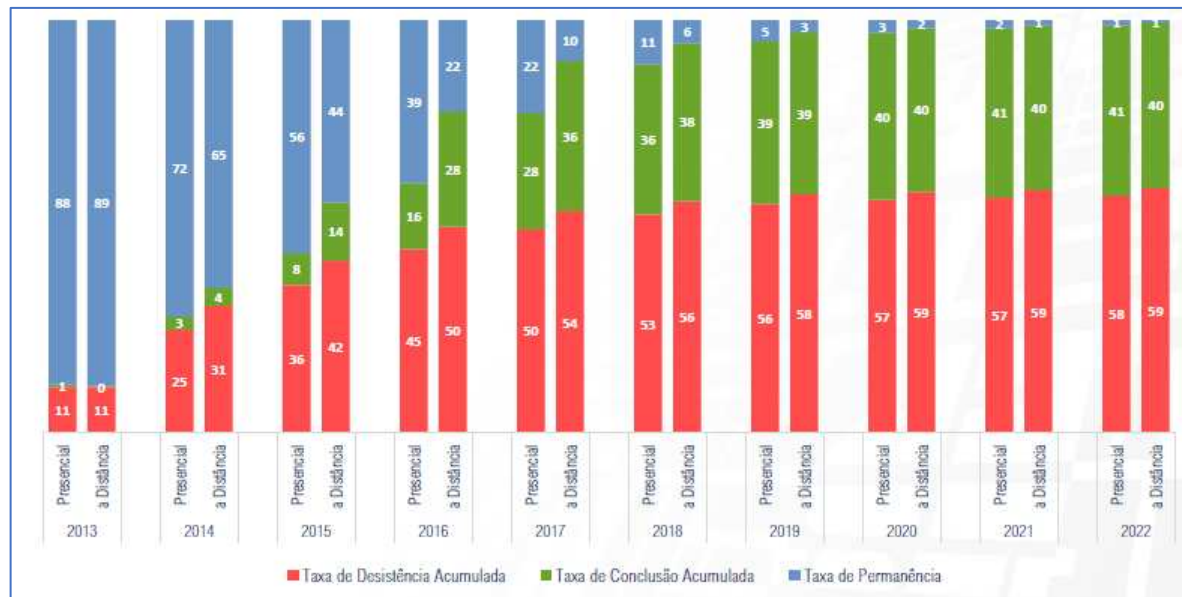
Figura 3 - Municípios com alunos matriculados em Polo EaD



Fonte: Censo da Educação Superior 2022 – INEP

Este aumento na modalidade EaD poderia induzir a contradizer a afirmação de Neves e Martins (2016); porém, de acordo com o INEP, no Censo da Educação Superior 2022, nota-se, nos “Indicadores de trajetória dos estudantes no curso de ingresso”, entre 2013 e 2022, tanto para a modalidade Presencial quanto para a Ead, uma continuada diminuição da Taxa de Permanência e um aumento nas Taxas de Conclusão e Desistência Acumuladas, como indicado na Figura 4.

Figura 4 - Evolução dos Indicadores de trajetória dos estudantes ingressos em 2013, por modalidade de ensino



Fonte: Censo da Educação Superior 2022 – INEP.

Com efeito, se considerarmos o Brasil como um país de contrastes, é de se supor que o seu ensino superior refletirá a mesma consideração, sendo, nesse sentido, o resultado de um traço histórico que permeia e caracteriza a sociedade brasileira como um todo. De forma específica e singular, um tema que tem sido constante em debates na sociedade é o acesso à educação superior, considerando a abertura de possibilidades advindas de quem conclui esse nível de ensino, como também das condições intelectuais e técnicas impostas pelas empresas, as empregadoras do mercado, que buscam uma mão de obra mais qualificada, exigindo desse profissional um novo perfil. A formação, especialmente no nível universitário, torna-se essencial como uma forma segura de acesso a melhores e maiores oportunidades de trabalho qualificado (Nascimento, 2017).

Se por um lado, a relação entre universidade e sociedade tem assumido cada vez mais contornos e texturas mais interativos, fazendo-se mister uma reforma no pensamento e na postura assumida por ambas, a justificativa, ou seja, a “pertinência” e o significado intrínseco no coletivo, o “sentido social” das universidades reportam à perspectiva interpretativa e crítica que a educação superior deve manter em todas as suas ações, deliberações e discussões. Faz-se necessária a compreensão da abrangência da educação superior, muito além do que somente entendê-la no escopo de uma atividade econômica; a educação superior é uma função basilar, elemental em sua essência e de interesse público, jamais entendida como ação exclusiva do Estado. Além disso, o Estado sua função na constituição, estruturação e na regulação de um sistema nacional de educação superior, configurado no apoio e no fomento às pesquisas,

articulando de modo qualificado a instância local e global para o desenvolvimento social (Silva; Ourique, 2012).

Ao investir no ensino superior, como gerador de condições que proporcionem melhorias em indicadores como taxa de matrículas e taxa de conclusão de cursos, dentre outros aspectos, um país como o Brasil pode alcançar um desenvolvimento socioeconômico mais equitativo, melhorando a qualidade de vida de seus cidadãos. A seguir, é explorada a relação entre desenvolvimento socioeconômico e ensino superior, considerando especialmente o papel da interiorização do ensino.

2.2. Desenvolvimento socioeconômico e interiorização do ensino superior

O desenvolvimento, na sua visão local, independente da perspectiva, humana e sustentável, “depende de uma complexa, demorada e contínua interação e sinergia entre fatores econômicos, políticos, sociais e culturais para acontecer” (Brose, 2000, p. 10). O desenvolvimento não é resultado único do crescimento econômico ou das ações de um Estado centralizador e indutor de ações para um tipo de desenvolvimento caracteristicamente de “cima para baixo”, mas, também, das complexas e dinâmicas relações horizontais observadas entre os atores sociais impactados, e que se tornam nas verdadeiras fontes de empoderamento que possibilitam a participação da comunidade em prol de uma melhor qualidade de vida (Silva; Silva, 2019).

A capacidade individual e coletiva, ampliada nitidamente pela educação, é fundamental para a mudança social, pois contribui, dentre outros benefícios, para o desenvolvimento social, que culmina na diminuição das desigualdades de raça, condição econômica e de gênero, e para aumentar e qualificar a participação popular em torno das decisões políticas (Silva; Silva, 2019). Gerar desenvolvimento (social e econômico) por meio do conhecimento é a chave que une município e universidade. Mas esse desenvolvimento tem que estar relacionado sobretudo com a melhoria da vida que se leva e das liberdades que se pode desfrutar (Sen, 2021), pelo conhecimento vindo do ensino superior.

Compreende-se então, de acordo com Amartya Sen (2021), que desenvolvimento não significa riqueza monetária, e a pobreza não significa sua ausência. Ainda, reforça Sen (2021), com o avanço das ideias de Desenvolvimento atrelado às Instituições, às formas de colonização de vários povos, foi dado um maior significado à liberdade. A liberdade, conforme Sen (2021), é central para o processo de desenvolvimento devido a duas razões, pela razão avaliatória, onde o progresso é avaliado primordialmente pela verificação do aumento de liberdade das pessoas;

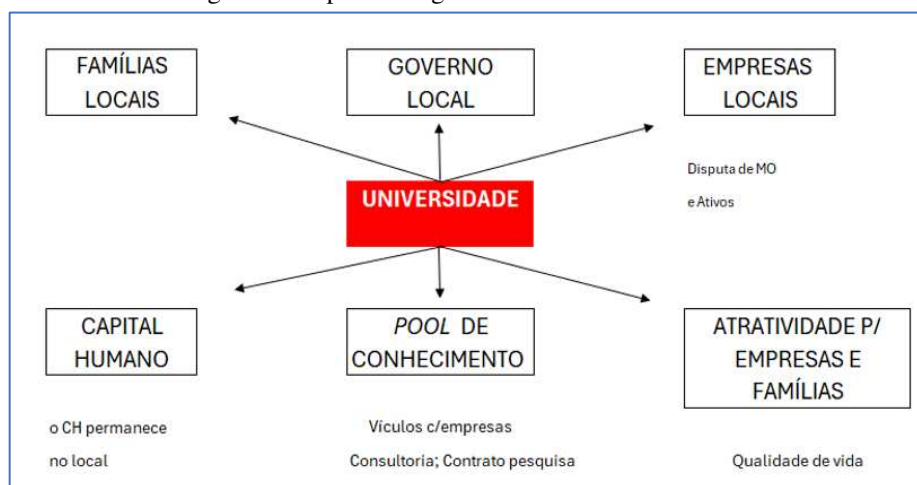
e, pela razão de eficácia, na qual livre condição de agente das pessoas condiciona inteiramente a realização do desenvolvimento.

O papel das universidades no desenvolvimento regional vem recebendo, de forma crescente, a atenção e está sendo considerado como um elemento importante deste processo. O aumento do entendimento de que as inovações têm papel relevante no processo de desenvolvimento econômico, acarretou uma preocupação com os condicionantes dessas inovações. Modernamente, considera-se que as regiões com maior possibilidade de desenvolvimento são aquelas que conseguem estabelecer um projeto político de desenvolvimento que realmente possa congrega os seus diferentes atores impactados. Faz parte desse projeto político, em seu viés econômico, a utilização intensiva e coordenada do conjunto de conhecimentos existentes na região para aumentar a sua competitividade (Rolim; Serra, 2009).

Fica claro que o crescimento econômico sempre é necessário; porém, deve haver a elevação do bem-estar humano e das condições sociais de todos, e não de uma minoria. Da mesma maneira que esse crescimento não poderá afetar o equilíbrio ecológico que venha a culminar em perdas ambientais que afetariam todos.

Ainda, Rolim e Serra (2009), ilustram dois tipos de impacto econômico das universidades sobre as regiões em que estão inseridas. O primeiro deles pode ser visto como o impacto mais duradouro, e podemos chamá-lo com impacto sobre a oferta. O segundo, dentro de uma perspectiva mais restrita no que se refere à amplitude do tempo, pode ser chamado de impacto sobre a demanda (Figura 5).

Figura 5 - Impactos Regionais de Uma Universidade



Fonte: Adaptada de Rolim e Serra (2009).

Diversos estudos têm direcionado às universidades uma série de demandas contemporâneas, destacando-se entre elas: maior projeção científica em âmbito nacional e internacional; geração de conhecimento relevante; habilidade de interagir e dialogar com diferentes saberes e setores da sociedade; transferência tecnológica inovadora e específica; e uma presença significativa nos setores produtivos da economia, como o agronegócio e a indústria de processamento. Também se espera a formação de profissionais altamente qualificados, baseada em princípios de cidadania e desenvolvimento de lideranças competentes; a renovação dos setores de gestão pública; a inovação de práticas pedagógicas no ensino superior; a redução das desigualdades sociais; o aumento da responsabilidade social e o engajamento com questões regionais e nacionais; além do fortalecimento da responsabilidade ambiental e promoção da sustentabilidade (Bizerril, 2020).

Assim, a concepção de Rolim e Serra (2009) converge para o descrito por Bizerril (2020), sendo possível notar quais atores são impactados regionalmente, pela atuação da Universidade e o quais os resultados destes impactos que promovem o desenvolvimento socioeconômico. A capacidade de formar pessoas construindo conhecimento, é um dos papéis fundamentais da educação superior como verdadeiro agente do desenvolvimento socioeconômico. O incentivo a pesquisa, ensino, extensão e inovação tecnológica ao longo os anos vem sendo entendida como o caminho para superar o subdesenvolvimento.

Dessa forma, o vínculo entre economia e universidade pode ser percebido na relação entre trabalho e educação, já que a educação contribui para o crescimento econômico ao criar novos postos de trabalho. Assim, inicia-se um ciclo que beneficia tanto a educação quanto a economia. A presença de um campus universitário, seja ele federal ou estadual, impulsiona as atividades do município onde está localizado, promovendo seu desenvolvimento e transformando-o em um espaço dinâmico de sociabilidade e atividades econômicas. A interiorização das universidades gera novos empregos em áreas de infraestrutura e funções técnico-administrativas essenciais para seu funcionamento. A atuação das universidades no interior é importante não apenas para a geração de emprego, mas também para a promoção do conhecimento e o desenvolvimento intelectual da população local. (Costa Filho, 2019).

A interiorização do ensino superior é um processo que busca expandir o acesso ao ensino superior para regiões fora dos grandes centros urbanos, levando oportunidades educacionais para áreas mais distantes e menos desenvolvidas. A interiorização do ensino superior é um fator determinante no processo de desenvolvimento (Costa Filho, 2019), além de sua importância para promover a igualdade de oportunidades.

Observa-se que no Brasil, as IES públicas se revestem de uma representação emblemática, devido sua relevância ao produzir ciência e adequada formação para o trabalho no cenário regional, nacional e internacional, mesmo que tais instituições não tenham o mesmo papel que nos países centrais se forem considerados alguns aspectos, principalmente no relacionado à produção científica e tecnológica. Mas, ainda assim, uma IES pública com a matriz em uma cidade grande vincula, aproxima, atrai e irradia ainda mais as cidades que gravitam aos fluxos nacionais e globais no que se refere à inserção no circuito da “sociedade do conhecimento” (Brito, 2014).

A educação é considerada pela literatura, chave para o desenvolvimento e este necessita de incentivos oriundos de uma deliberada política focada no progresso técnico e científico, indispensável para que se alcance o desenvolvimento socioeconômico fundamentado em uma sociedade mais soberana e justa. Daí a importância de uma política de interiorização das IES e de universalização do ensino superior público (Carmo; Almeida; Queiroz, 2023).

Este processo de desenvolvimento não se relaciona apenas com as ações de empresas e grupos econômicos globais, mas também com mudanças nas relações políticas e sociais em escalas locais. Ele indica uma reestruturação industrial dentro do estado e uma mudança na histórica tendência de concentração de recursos, arrecadação e população na metrópole. Isso é evidenciado pelo movimento de dispersão – que, embora de maneira fragmentada, integra áreas do interior à dinâmica territorial metropolitana – e pela expansão física do tecido urbano ao redor da metrópole, mostrando que novas formas de expansão estão ocorrendo (Oliveira, 2003).

O Estado assume um papel significativo no processo de reestruturação territorial, seja ele regional ou nacional, a partir de incentivos diversos, isenções de impostos e parceria no oferecimento de infraestrutura, e com a implementação de políticas públicas de expansão institucional. A instituição chamada “universidade”, IES, é o representante destas políticas públicas, que mesmo sendo federais e estaduais, entende-se que ocorrem ligados o nível de desenvolvimento historicamente construído e a intensidade das novas dinâmicas, principalmente, ao nível de urbanização de cada cidade ou região, que vai influenciar a instalações destas IES. Além disso, de forma geral, as cidades que recebem e mantêm tais instalações são exatamente aquelas que demonstram maior capacidade de centralização e irradiação.

As IES públicas contribuem com elementos de “qualificação do trabalho”, regionalmente dentro das perspectivas econômicas, sociais e espaciais. A demanda das regiões por uma IES visa atender interesses, demandas econômicas e outras (educação, assistência,

saúde), além de outros interesses políticos. Assim, não é possível simplesmente relacionar a interiorização com algo unicamente econômico, haja vista que a interiorização destas IES possui como um dos objetivos, formar profissionais que atendam também uma demanda por serviços locais relacionados às necessidades de emprego e renda, saúde, educação, assistência etc., além de possibilitar pesquisas como um todo e para diversas demandas regionais (Brito, 2014).

A interiorização, ao produzir um franco exercício democrático, permitindo o acesso ao ensino superior público, constitui-se em peça fundamental para a qualificação dos recursos humanos, fazendo a difusão e irradiação de novos conhecimentos, para a região onde a IES está instalada e para o seu entorno. À medida que a educação superior se insere nas regiões, é possibilitado um maior acesso ao ensino, ampliando o capital humano local e regional, criando condições mais promissoras para o desenvolvimento ao seu entorno (Vieira, 2017), contribuindo para a qualidade de vida da população da região e agregando outros bens e serviços, como a melhoria na produtividade e na qualidade do serviço prestado (Carmo; Almeida; Queiroz, 2023).

As regiões que receberam novas IES e ampliação em seus *campi*, no decorrer do processo de expansão do ensino superior no Brasil (2003-2014), foram capazes de estimular uma cultura de inovação e dinamizar os efeitos em favor do desenvolvimento local e regional (Carmo; Almeida; Queiroz, 2023). Como benefícios às populações dos municípios gerados pela IES estudada por Andriola (2015) destacam-se: a ampliação de oportunidades para a população local acessar novos cursos de graduação, além de atividades e ações voltadas para a qualificação profissional; o estímulo à economia local, resultando em crescimento municipal e aumento das oportunidades de emprego para os residentes da região; e, a criação de um maior número de postos de trabalho, com maior diversidade e qualidade, para os moradores locais.

Para ilustrar a capacidade de irradiação e atratividade das IES interiorizadas, estudos indicam que os novos *campi* tendem a receber estudantes da região de influência do *campus*. Em termos regionais, isso aumenta as possibilidades de impactos positivos atingirem comunidades afastadas que antes não tinham a possibilidade de acessar o ensino superior público. A cultura universitária se beneficia de uma verdadeira oxigenação devido a ampliação do acesso ao ensino superior que promove uma mudança do perfil do estudante universitário, o aumento da produção de conhecimento a respeito de fatos e de regiões antes alheias à academia, aproximando assim a universidade da sociedade, fortalecendo a sua vocação de agente transformador da realidade brasileira (Bizerril, 2020).

O norte da interiorização do ensino superior se constitui em levar educação de qualidade e desenvolvimento a municípios com apreciáveis índices de pobreza e desigualdade, possibilitando a ascensão socioeconômica destas localidades por meio da democratização do ensino. Desta forma, voltar o olhar para o processo de interiorização do ensino superior como força atuante na mitigação das disparidades regionais evidencia-se como fator essencial para compreensão do papel social da universidade pública (Costa Filho, 2019).

Há várias ações e estratégias que visam promover essa interiorização, incluindo a criação de *campi* universitários em cidades do interior, a oferta de cursos à distância e o estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e prefeituras e órgãos locais. Esse movimento tem o potencial de beneficiar não apenas os estudantes que residem nessas regiões, mas também as próprias comunidades, ao atrair talentos e estimular o desenvolvimento socioeconômico dessas localidades.

No entanto, é importante que esse processo seja acompanhado de políticas públicas adequadas de financiamento e de qualidade do ensino, para garantir que a expansão do ensino superior seja sustentável e beneficie verdadeiramente as comunidades atendidas. Desta maneira, pelo que já pode ser observado e com base nos materiais e estudos produzidos até aqui tidos como referência teórica, pode-se alinhar como objetivos estratégicos para a interiorização do ensino superior pela IES, que se adequam ao interesse deste estudo, e que traduzem a importância de sua realização:

- 1- **Acesso equitativo à educação:** A interiorização do ensino superior amplia o acesso à educação de qualidade para populações que antes tinham poucas oportunidades de ingressar em instituições de ensino superior devido à distância geográfica das grandes cidades.
- 2- **Redução das desigualdades regionais:** Ao levar instituições de ensino superior para regiões menos desenvolvidas, a interiorização contribui para reduzir as desigualdades regionais.
- 3- **Desenvolvimento socioeconômico:** A presença de universidades e instituições de ensino superior no interior pode estimular o desenvolvimento socioeconômico, atraindo investimentos, gerando empregos e promovendo a formação de capital humano qualificado.
- 4- **Valorização das identidades regionais:** A interiorização do ensino superior contribui para valorizar as identidades regionais, culturais e étnicas, ao incluir conhecimentos e

práticas locais nos currículos acadêmicos e promover pesquisas voltadas para as necessidades e demandas específicas de cada região.

- 5- **Melhoria da qualidade de vida:** O acesso ao ensino superior pode melhorar significativamente a qualidade de vida das pessoas, oferecendo oportunidades de emprego mais qualificado, melhores salários e condições de vida mais dignas.
- 6- **Descentralização do conhecimento:** A interiorização do ensino superior descentraliza o conhecimento, distribuindo as oportunidades educacionais de forma mais equilibrada em todo o território nacional e contribuindo para o desenvolvimento intelectual e científico do país como um todo.

A interiorização do ensino superior público representa uma das poucas oportunidades para muitos brasileiros terem acesso à educação superior, considerando que o Governo Federal só começou a enfrentar esse problema de forma mais direta durante os governos de Lula e Dilma. No caso das universidades estaduais, o processo é ainda mais lento, pois sua manutenção depende exclusivamente das economias locais e regionais.

2.3. Desenvolvimento socioeconômico e interiorização do ensino superior no estado do Amazonas

Os desafios são inúmeros para a promoção do desenvolvimento socioeconômico no Amazonas. Há desafios relacionados ao clima rigoroso, a falta de estrutura de comunicação e internet, falta de malha rodoviária, exclusividade de deslocamento no modal fluvial, reduzida malha aeroviária e estruturas portuárias modestas (Costa; Oliveira, 2011). O estado é imenso, continental, múltiplo, bastante heterogêneo, onde a circulação e a comunicação entre os seus ativos sociais são difíceis. Precisa por isso, dada sua grandeza continental, de uma geopolítica educacional e científica específica.

Importante compreender os níveis de desenvolvimento da Amazônia por dois motivos interligados e voltados para o pensamento sociológico: um destes motivos está relacionado ao conceito de fronteira e às suas implicações; o outro está relacionado aos supostos efeitos de investimentos externos (Haller, 1960). As fronteiras são consideradas como lugares onde a exploração externa provoca o subdesenvolvimento das populações existentes (Bunker, 1988). A Amazônia é um dos principais exemplos disso, haja vista que sua economia de exportação é quase inteiramente extrativa: seus produtos ou são coletados na floresta – borracha, castanha e madeira -, ou são agrícolas ou são minerais (Haller, 1960).

Uma fronteira pode ser considerada como uma área geograficamente pouco habitada, possuindo instituições relativamente fracas e fragmentárias. As estruturas sociais são notadamente fracas e as populações ainda não totalmente integradas com a sociedade mais ampla da qual a área faz parte. Se um investimento repentino de capital, realizado por organizações governamentais e/ou econômicas externas em grande escala, rapidamente haverá a atração de números crescentes de pessoas interessadas em maiores e mais variadas oportunidades de empregos e maiores salários, ou fontes de riqueza recentemente descobertas (Haller, 1960).

Foi assim quando da iniciativa de integração do norte do país, pelo governo militar, e o projeto da rodovia Transamazônica na década de 1970. Foi também quando da descoberta e exploração de ouro na Serra Pelada, na década de 1980. Os poucos resultados dessas duas iniciativas comprovam sua ineficácia para o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia. A história socioeconômica do Amazonas é caracterizada por exploração econômica das chamadas “drogas do sertão”, posse de território por meio de missões militares, disputa e despovoamento dos povos nativos, do surgimento da Província do Amazonas até a instalação da cidade de Manaus, em 1852, seguida da chamada “economia da borracha” (1850-1920) (Castro; Campos, 2015).

Com o aumento dos índices de pobreza, houve a intervenção do governo federal, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953. No período compreendido entre 1964 e 1967, vigorou o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), do presidente Humberto Castelo Branco. A chamada “Operação Amazônia”, basicamente, uma estratégia de desenvolvimento regional implementada, que reordenou, a partir de 1966, as formas de intervenção do governo federal na região, nos planos jurídico, institucional, político e econômico (Ferreira, 1994).

Essa estratégia de intervenção perdurou até a publicação do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que reformula a Zona Franca de Manaus e cria a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), que se configuraria no mais importante projeto de desenvolvimento para o estado do Amazonas, sobre o qual a atividade econômica do estado continua pautada até o início do século XXI (Castro; Campos, 2015). Este cenário mostra a existência de um nível alto de qualificação para aqueles que vivem em Manaus, o que não acontece para o resto do estado, uma vez que, nos municípios do interior, há uma parcela da população vivendo em situação de isolamento, pobreza e vulnerabilidade.

Assim, foi criada, no âmbito estadual, a Universidade de Tecnologia da Amazônia (UTAM), que formou muitos profissionais técnicos de excelência voltados para atuarem no mercado de trabalho no Amazonas e Brasil. A trajetória dessa respeitável instituição se inicia nos anos 1970, especificamente em 18 de janeiro do ano de 1973 (data de sua criação), por intermédio do referido dispositivo legal (Decreto Estadual) n.º 2.540. Posteriormente a Lei Estadual n.º 1.273 de 10 de outubro de 1977, veio transformar a Universidade em Instituto, essa medida se deu por força da esfera Federal. Seus cursos foram reconhecidos em 1993.

Os antigos cursos de engenharia de operação foram extintos em todo o país, e deram lugar aos cursos de Tecnólogo, em suas várias modalidades. Mesmo não sendo universidade, conservou a sigla UTAM, até a incorporação em 2001, tornando-se assim o primeiro instituto, futura Escola Superior, da UEA. Importante ressaltar ainda, que além dos cursos de Tecnólogo, no final dos anos 1980, foram criados os cursos de Engenharia Plena: Civil (saneamento ambiental), Mecânica, Elétrica e Florestal. A UTAM levou a cabo com muita dignidade sua missão como entidade pública e gratuita de ensino superior na Amazônia, adequando-se e adaptando-se às permanentes mudanças no ensino, no mercado de trabalho e também na Administração Pública. A Figura 6 apresenta uma imagem da UTAM, que data o ano de 1975.

Figura 6 - Fachada da UTAM, 1975



Fonte: <https://manausdeantigamente.blogspot.com/2013/05/universidade-de-tecnologia-da-amazonia.html>

A UTAM contribuiu para a formação de técnicos de nível superior com vistas ao aproveitamento do PIM; porém fica claro que em termos de interiorização houve sim um movimento contrário, uma vez que muitos saíam de seus municípios para estudar em Manaus, culminando com a atraente possibilidade de emprego em uma das empresas do PIM. A

Universidade do Estado do Amazonas (UEA) foi concebida como ideia inicial em 2001, pelo governador Amazonino Mendes, com a ideia de oferecer ensino superior em uma época que só tinham o ‘adicional’, ou seja, as chamadas licenciaturas de duração curta. Se firma então a ideia de fazer a complementação de carga horária adicional quanto às licenciaturas curtas no nível superior vieram num momento em que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) via a necessidade da regularização de uma centena de docentes que não possuíam este nível superior no Amazonas e em todo o país (Costa Filho, 2019).

É notório que a região amazônica é rica em recursos naturais, mas, apesar de toda essa riqueza, à Amazônia ainda não foi agregado o conhecimento científico, que é um importante elemento da equação do desenvolvimento. A missão do sistema de educação superior amazônico deve ter sempre à frente a missão de formular novos currículos e novas linhas de pesquisa por meio da síntese dos saberes. Tudo o que for produzido e inventado em uma universidade amazônica, particularmente em termos tecnológicos, não se pode desconhecer, pois tem aplicação e destinação internacional (Mello, 2008).

Para a universidade amazônica, o interesse vai além de explorar como a ciência pode utilizar a Amazônia; trata-se também de entender como o conhecimento científico pode ser produzido na região e utilizado por ela, pelo país e no exterior. É nesse contexto que se define o alcance de qualquer reinvenção: a obtenção de informações precisas sobre as realidades locais, a formação crítica e qualificada de mentes capazes e a transformação efetiva do conhecimento em soluções que promovam o progresso humano.

O modelo de desenvolvimento de base local, de perfil moderno e autossustentável, formador de capital humano e social, irradiador de capacidades difusas, deve perseguir a universidade na Amazônia. Esse modelo deve estar assentado na riqueza cultural da região e fundamentado no uso e manejo competente dos recursos naturais regionais, comprometido com o progresso de sua gente (Mello, 2008).

A construção de uma universidade na Amazônia envolve problemas complexos que atingem, em geral, universidades contemporâneas, em especial aquelas situadas em regiões periféricas. Além desse desafio comum, a condição amazônica impõe, a um projeto de academia, outros três níveis de enfrentamento. Primeiro, a formação e retenção, de uma massa crítica de doutores em número suficiente; segundo a assimilação de uma cultura acadêmica voltada para a realidade do desenvolvimento regional; terceiro, uma mentalidade organizacional inovadora, que possibilite democratizar às mais afastadas populações dos

grandes centros, o acesso à educação, respeitando seu meio ambiente característico e contexto religioso e cultural (Mello, 2008).

Ainda, Mello (2008) descreve três grandes desafios para a universidade na Amazônia. O primeiro desafio é que, se a universidade necessita de muitos doutores em diversas áreas do conhecimento, eles devem ser capazes de produzir ciência e conhecimento de alta qualidade e gerar inovação. Isso deve ser feito aproveitando os vastos recursos naturais da região e desenvolvendo cadeias produtivas, promovendo a geração de empregos, a diversidade de atividades produtivas, o trabalho autônomo, a renda e o empreendedorismo. O segundo desafio está na capacidade da universidade de agregar valor à economia regional, de modo que os produtos primários sirvam como base para o desenvolvimento futuro. O terceiro desafio é que, ao se expandir para o interior da Amazônia, a universidade deve trabalhar em rede, alcançando as populações mais distantes e isoladas, bem como os polos urbanos emergentes e afastados, sem deixar de lado as comunidades rurais tradicionais.

Segundo o Ministério da Educação a política de expansão e interiorização do ensino superior público, tem seu foco em três dimensões: a social, a geográfica e a de desenvolvimento (MEC, 2012). Na dimensão social, a base é a cidadania, os municípios mais populosos, com nível baixo renda e com baixa possibilidade de acesso à educação. Na dimensão geográfica, a base é a priorização para os municípios do interior com população superior a cinquenta mil habitantes, cujos estados apresentassem oferta de educação superior abaixo da média nacional, com a capacidade estratégica suficiente para abranger o maior número possível de habitantes por região do estado. Na terceira dimensão, de desenvolvimento, foram priorizados municípios com Arranjos Produtivos Locais existentes e identificados e aqueles no entorno de grandes investimentos estruturantes (Costa Filho, 2019).

As universidades públicas precisam manter-se em diálogo permanente com a sociedade, pois os frutos das suas ações são reinvestidos na região e população pelo aprimoramento dos serviços oferecidos; então, cliente da universidade pública é a coletividade. O estado do Amazonas possui uma imensa dimensão territorial, continental, daí verifica-se uma concentração urbana, o que provoca uma desigualdade social devido à dificuldade de transpor as enormes distâncias em meio à densa floresta tropical. Ademais, vivem na região em torno de centenas de milhares de indígenas que representam a maioria da população indígena do país, com necessidades de conhecimento e desenvolvimento, atreladas às características culturais inseridas em seu meio ambiente. Para vencer as desigualdades e crescer econômica e socialmente, é necessário fortalecer a educação a todo cidadão do interior do estado.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualitativa e, vislumbrando a necessidade da utilização de ferramentas qualitativas, como entrevistas, análise documental que demonstrem como se estrutura a estratégia da UEA para cumprir a política de interiorização do ensino superior.

Para a realização deste estudo, foi considerado o horizonte temporal de 2017 a 2021, para a análise da oferta de cursos de graduação especiais para o interior do estado, a metodologia que fundamenta os processos burocráticos e norteia a decisão de escolha dos cursos, para avaliar número de alunos nos municípios atendidos e as variáveis pertinentes de análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2017-2021). A opção para a escolha deste lapso temporal se deve por ser compatível com o do PDI citado, e, pelo fato da possibilidade de maior acesso à documentação atualizada pertinente no período e considerando que houve um período que comprometeu a oferta de cursos de graduação especiais entre 2020 e 2021, devido à pandemia de Covid-19.

Por buscar descrever as formas que constituem e caracterizam os elementos e os processos que levam à determinação da oferta e da modalidade dos cursos de graduação para o interior, este estudo é caracterizado como descritivo. Ainda, foi necessária a análise de dados alguns secundários relativos aos cursos de graduação especiais desenvolvidos dentro do horizonte temporal para que possa ser avaliada a aplicação da estratégia para interiorização do ensino superior pela oferta e realização destes cursos para os respectivos municípios.

A pesquisa foi realizada nas unidades gestoras da Reitoria da UEA, responsáveis pelos processos relacionados com o objeto de estudo, que é a Pró Reitoria de Interiorização (PROINT) e Coordenação dos Cursos de Oferta Especial (CCOE), responsáveis pelo suporte e controle estrutural, acadêmico e pedagógico. Para o atendimento do objetivo proposto, foi realizada uma análise documental nas áreas responsáveis pelos processos de gestão no atendimento à política de interiorização do ensino superior, considerando assim o PDI da UEA (2017-2021) e os documentos de entrada, como ofícios e solicitações de oferta de cursos pelos órgãos públicos, tabelas de gestão dos cursos de graduação ofertados, e outros que possam ilustrar os aspectos estrutural e estratégico da interiorização do ensino superior.

Foram realizadas também entrevistas semiestruturadas com os servidores da PROINT e CCOE para a determinação dos fluxos para a documentação, desde sua entrada e recebimento, quais funções ou órgãos colegiados envolvidos e suas responsabilidades, tempos de tramitação, seja para a avaliação e/ou aprovação, até a culminação como se processa a saída destes

documentos e a relação entre a oferta de um curso demandado. O Quadro 1 mostra estrutura da metodologia da pesquisa.

Quadro 1 - Estrutura metodológica da pesquisa

Abordagem: qualitativa		
Natureza: descritiva		
Método: estudo de caso		
Objetivos	Coleta de dados	Análise dos dados
Analisar de que forma a UEA está estruturada física, administrativa, e academicamente para realizar a interiorização do ensino superior no estado do Amazonas, considerando os cursos de graduação de oferta especial. Compreender a abrangência dos cursos de graduação ofertados aos municípios do interior do Amazonas com o prisma focado no desenvolvimento socioeconômico.	Pesquisa documental Entrevistas	Análise de conteúdo

Fonte: Elaboração própria.

O método de pesquisa utilizado consiste em um estudo de caso, que, segundo Yin (2015), “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o caso) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes (Yin, 2015; p. 17)”. Ou seja, a pesquisa de estudo de caso aqui realizada permitiu entender o fenômeno da interiorização do ensino superior a partir da oferta de cursos especiais de UEA, assumindo que esse entendimento engloba condições contextuais do estado do Amazonas, que são pertinentes à análise deste caso.

Yin (2015) evidencia que o estudo de caso deve contar com múltiplas fontes de evidências, o que neste estudo pode ser atendida a partir da aplicação da pesquisa documental e da realização das entrevistas. Ademais, Yin (2015) revela que o estudo de caso se difere de outros tipos de investigações por apresentar questões do tipo “como” ou “por que” para conduzir a pesquisa. Sendo assim, a questão norteadora dessa Dissertação, apresentada na introdução, está alinhada com a orientação de Yin (2015).

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e pela pesquisa documental de gestão da interiorização pela Instituição, com a obtenção de dados qualitativos que foram confrontados com as informações abordadas na fundamentação teórica, procurando assim, subsídios para análise dos objetivos e resposta à questão proposta. A análise documental permite tratar a informação contida nos documentos, dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, de tal forma que se obtenha o máximo de informações, com o máximo de pertinência (Bardin, 2016).

Anderson e Kanuka (2003) consideram a entrevista com um método único na recolha de dados, por meio do qual o investigador reúne dados, por meio da comunicação entre indivíduos. As perguntas formuladas para as entrevistas foram relacionadas ao processo de

interiorização da educação superior da UEA e estrutura dos processos para atendimento das demandas de cursos de graduação. Além da fundamentação teórica, o pesquisador considerou sua experiência, baseado na atuação, entre 2014 e 2022, como Coordenador Geral dos Cursos de Oferta Especial e na docência na própria instituição de ensino, como professor desde o ano de 1991.

As entrevistas ocorreram durante o mês de junho de 2024. Os entrevistados, conforme Quadro 2, são colaboradores efetivos da PROINT e CCOE, todos com mais de 10 anos em suas funções, e participaram dos processos de interiorização da educação superior da UEA.

Quadro 2 – Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Cargo	Qualificações
I	Assessor Técnico - PROINT	Administrador
II	Assessora - PROINT	Administradora
III	Analista - CCOE	Graduado em Biologia
IV	Analista - CCOE	Administradora

Fonte: Elaboração própria

As entrevistas presenciais foram realizadas conforme roteiro apresentado no Apêndice I. As entrevistas foram gravadas com a autorização dos participantes, utilizando-se um gravador de áudio (voz), via tablet, e duraram em média entre vinte e trinta minutos. A análise dos resultados foi realizada por meio análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo se organiza em torno de três polos cronológicos: pré análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A pré análise é a fase da organização propriamente dita, que tem como objetivo sistematizar as ideias iniciais; a exploração do material é a aplicação das decisões tomadas, a partir de procedimentos aplicados; já o tratamento dos resultados consiste em propor questões e interpretações a partir dos objetivos estabelecidos (Bardin, 2016).

Na fase da pré análise as entrevistas foram transcritas; na exploração do material os dados gerados pela pesquisa documental e pelas entrevistas foram organizados em três categorias analíticas, que são explicadas e exploradas a seguir. O projeto que originou essa Dissertação foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), com Certificado de Apreciação Ética (CAAE) número 76003923.6.0000.5153, apresentado no Anexo I.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados são apresentados e discutidos à luz das categorias analíticas. A primeira categoria descreve a forma como a UEA está estruturada fisicamente nos municípios do interior do estado. A segunda categoria descreve a estrutura de gestão criada pela Universidade para tratar exclusivamente dos assuntos relativos à interiorização do ensino superior, nas esferas administrativas, acadêmicas e pedagógicas; além disso, caracteriza os cursos de graduação ofertados para o interior pela UEA, destacando as metodologias, as estruturas, as modalidades e as dinâmicas destes, principalmente na modalidade Mediada por Tecnologia. A terceira categoria lança luz sobre a abrangência dos cursos de graduação no tocante a promover o desenvolvimento socioeconômico no interior do estado, principalmente nos municípios os índices IFDM para Emprego e Renda, Educação e Saúde são mais críticos.

4.1. Estrutura física da UEA nos municípios do interior do Amazonas

A UEA cumpre papel estratégico não só na democratização do acesso ao ensino superior, como também no desenvolvimento socioeconômico do Amazonas, estando presente na capital, Manaus, e em vários municípios do estado. A UEA foi criada com as seguintes finalidades, entre outras (Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI UEA, 2017):

Promover a educação, desenvolvendo o conhecimento científico, particularmente sobre a Amazônia, conjuntamente com os valores éticos capazes de integrar o homem à sociedade e de aprimorar a qualidade dos recursos humanos existentes na região; ii) Ministrando cursos de grau superior, com ações especiais que objetivem a expansão do ensino e da cultura em todo o território do Estado; iii) Realizar pesquisas e estimular atividades criadoras, valorizando o indivíduo no processo evolutivo, incentivando o conhecimento científico relacionado ao homem e ao meio ambiente amazônicos (PDI UEA, 2017).

A criação da UEA foi um decisivo e importante passo para o Amazonas no intuito de prover ao estudante do interior a oportunidade de acesso ao estudo em nível superior e com isso uma maior e moderna visão do mundo que pensa o desenvolvimento sustentável como meio possível para alcançar a qualidade de vida (Costa Filho, 2019).

Como parte da estratégia da interiorização do ensino superior, estruturalmente, a UEA conta, além das seis Escolas Superiores em Manaus, outras 22 unidades acadêmicas no interior, sendo, seis Centros de Estudos Superiores (CES) e 15 Núcleos de Ensino Superior (NES) (UEA, 2022).

Os CES, são unidades próprias da UEA, especialmente projetados como unidades de ensino, possuindo em sua estrutura, salas de aula, auditório, salas para laboratório, lanchonetes

e estrutura sanitária, e, em alguns, existem quadras desportivas. Estão distribuídos pelo estado do Amazonas nos municípios de Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, Tefé, Lábrea, Itacoatiara e Parintins, conforme mostra a Figura 7.

Figura 7 – Centros de Estudos Superiores UEA



Fonte: Elaboração própria.

Os CES's de Itacoatiara, Parintins, Tabatinga e Tefé contam, em sua constituição, de quadro de docentes efetivos, concursados, e desta forma são responsáveis por vários cursos superiores regulares, ofertados anualmente nos certames de ingresso (Vestibular e Sistema Ingresso Seriado - SIS), cumprindo desta maneira a missão da interiorização do ensino superior de forma perene, com suas atividades acadêmicas nos três turnos, matutino, vespertino e noturno, beneficiando os próprios municípios e aqueles mais próximos. Somam-se a estes os cursos de oferta especial, estruturados conforme demanda específica, e que são o alvo dessa pesquisa. Observa-se, no Quadro 3 a quantidade e distribuição dos cursos regulares nos CES's.

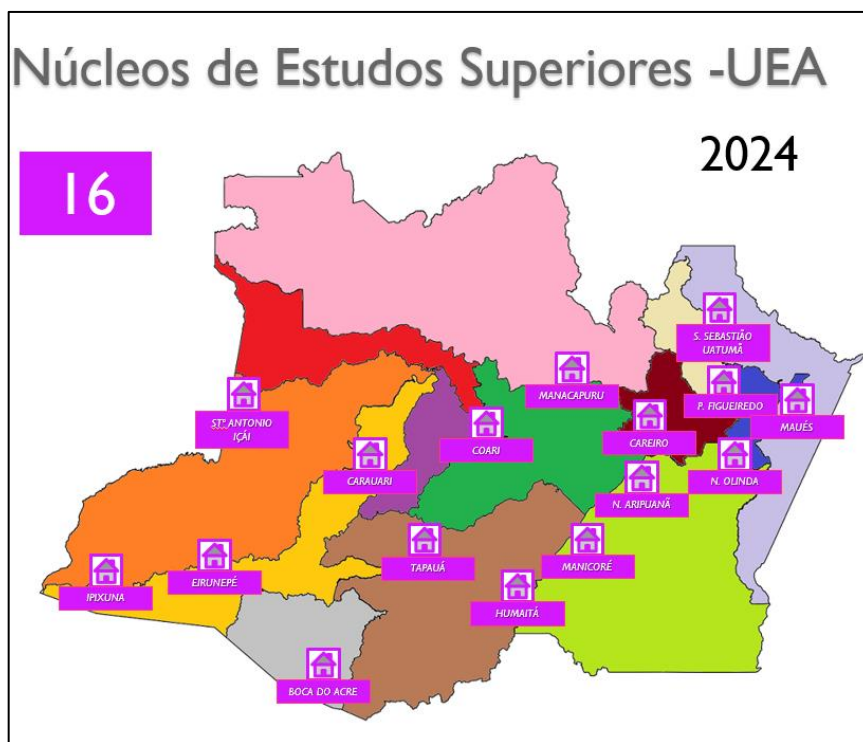
Quadro 3 – Cursos de Graduação Regulares – Centros de Estudo Superiores

Centro Estudos Superiores		Nº cursos	Bacharelado	Licenciatura	Tecnologia
1	Itacoatiara	2	Engenharia florestal	Computação	-
2	Parintins	7	-	Ciênc.Biológicas Física História Letras Matemática Pedagogia Química	-
3	Tabatinga	4	-	Ciênc.Biológicas Letras Matemática Pedagogia	-
4	Tefé	5	-	Geografia História Matemática Pedagogia Química	-

Fonte: Elaboração própria.

Os NES, são igualmente unidades próprias da UEA, e tem estrutura muito semelhante aos Centros de Estudos, porém menores, contando também com salas de aula, salas para laboratórios, estrutura sanitária e lanchonete. Os NES não possuem quadro efetivo docente e suas atividades, realizadas nos três turnos, são predominantemente aquelas dos cursos de oferta especial, em suas duas modalidades, modular presencial e modular mediado. Os 16 NES, estão localizados nos municípios de Ipixuna, Eirunepé, Santo Antonio do Içá, Boca do Acre, Carauari, Coari, Humaitá, Manicoré, Manacapuru, Careiro, Novo Aripuanã, São Sebastião do Uatumã, Presidente Figueiredo, Nova Olinda e Tapauá, distribuídos conforme mostra a Figura 8.

Figura 8 – Núcleos de Ensino Superior UEA

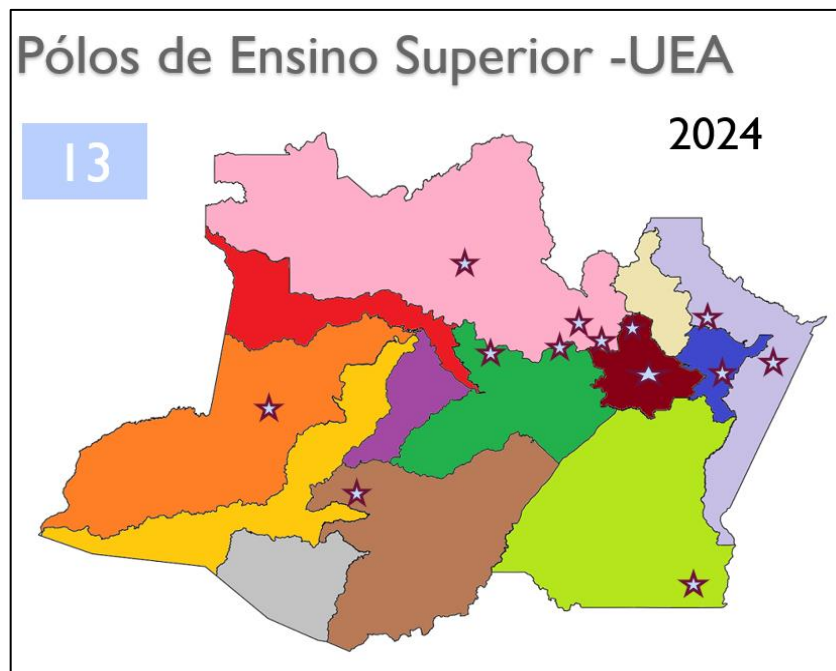


Fonte: Elaboração própria

Ainda, a UEA estende sua estrutura física no estado do Amazonas contando com unidades de ensino denominadas Pólos. Estas unidades não são estruturas próprias e podem se constituir de prédios, casas, em geral alugadas, sendo mais comum serem salas de aulas em escolas municipais, mantidas sob a forma de acordos com as prefeituras, cujos municípios são contemplados com a realização de cursos de graduação de oferta especial. Da mesma maneira, observa-se a realização dos cursos de oferta especial em suas duas modalidades (modular presencial e modular mediado).

Por serem, na maioria das vezes, salas de aulas de escolas, os cursos de graduação são realizados em um ou dois turnos, contando com equipamentos e facilidades da prefeitura mantenedora, mas tendo de se adequar conforme a disponibilidade de uso destas salas pelas escolas. No ano de 2024, foi verificada a existência de 13 Pólos em atividade (Figura 9), presentes nos municípios de Apuí, Autazes, Barcelos, Beruri, Boa Vista do Ramos, Codajás, Iranduba, Itapiranga, Juruá, Jutáí, Novo Airão, Novo Remanso-Itacoatiara e Urucurituba, complementando assim o atendimento da demanda de cursos de graduação nestes municípios, onde não há Unidades de Ensino próprias da UEA.

Figura 9 – Pólos de Ensino Superior UEA



Fonte: Elaboração própria.

Considerando a estruturação em Centros, Núcleos e Pólos, a UEA deve buscar o máximo de flexibilidade institucional, criatividade nos seus programas de assistência, tendo em vista a grande diversidade cultural e social verificada nas populações de seu entorno. Precisa do envolvimento do corpo acadêmico, constituído pelos professores e estudantes, em ações permanentes com vistas à interiorização, oportunizando lhes verdadeiras condições de formação de uma nova e atualizada consciência cidadã, crítica da realidade envolvente de possuindo um novo compromisso ético, com espírito público, no exercício profissional (Mello, 2008).

Como parte determinante da estratégia para interiorização do ensino superior no Amazonas, a UEA efetiva a Pró Reitoria de Interiorização (PROINT), pela Lei Nº 4.116 de 20 de Dezembro de 2014, com a missão de “garantir a manutenção e expansão da política de Ensino de Graduação, materializada por meio dos Cursos de Graduação de Oferta Especial no interior do Estado do Amazonas, com suporte técnico para as estruturas físicas e acadêmico-administrativas dos Centros, Núcleos e Polos de Ensino Superior, presentes nos diversos municípios do Estado”, contando com um Pró Reitor, um Assistente, uma Secretária, dois Analistas e um Estagiário. Durante a realização das entrevistas e análise documental verificou-se a sinergia e a agilidade do trabalho desta equipe.

Complementando a atuação da PROINT, existe a Coordenação dos Cursos de Oferta Especial (CCOE), responsável em supervisionar a parte acadêmica, pedagógica e

administrativa dos Cursos de Graduação de Oferta Especial. Esta supervisão é realizada junto às Coordenações dos cursos e às gestões das Unidades de Ensino da UEA. Ainda, cabe à CCOE a análise de todas as solicitações de pagamentos aos professores que ministram disciplinas nos cursos especiais com o posterior encaminhamento à gestão financeira da UEA, além da elaboração do Planejamento Anual Financeiro dos Cursos Especiais, que ainda serão oferecidos pela Instituição. Para o desenvolvimento de suas atividades, a CCOE conta com um Coordenador Geral, um Coordenador Pedagógico, dois Analistas e dois Estagiários.

De acordo com Costa Filho (2019), alguns municípios do interior do Amazonas expressam essa riqueza desde suas fundações e, ao longo da história, realizam atividades importantes, prosperaram e se constituíram em elementos importantes da economia e cultura amazonense, como os municípios de Itacoatiara, próximo a Manaus, com seu terminal portuário, e Parintins, com o já famoso Festival Folclórico, conhecido pela disputa de seus Boi-Bumbás. A atuação da UEA nesses municípios torna essas atividades mais economicamente e culturalmente mais valorizadas ao qualificar a mão de obra, gerando um dinamismo entre desenvolvimento econômico e social, junto ao contexto local.

A expansão do ensino superior por meio da interiorização resulta na missão primordial de desenvolvimento e melhorias nos setores educacionais nos municípios afastados com baixo índice de desenvolvimento humano e econômico. O interior do Amazonas permanece, ao longo de todo o seu processo de formação econômica, em situação de desigualdade, em relação à capital, onde se concentra quase a totalidade absoluta do aparato econômico e social do estado (Costa Filho, 2019). Diante da importância da interiorização do ensino promovida pela UEA, a seguir, é detalhada a estruturação da gestão e dos cursos para tal finalidade.

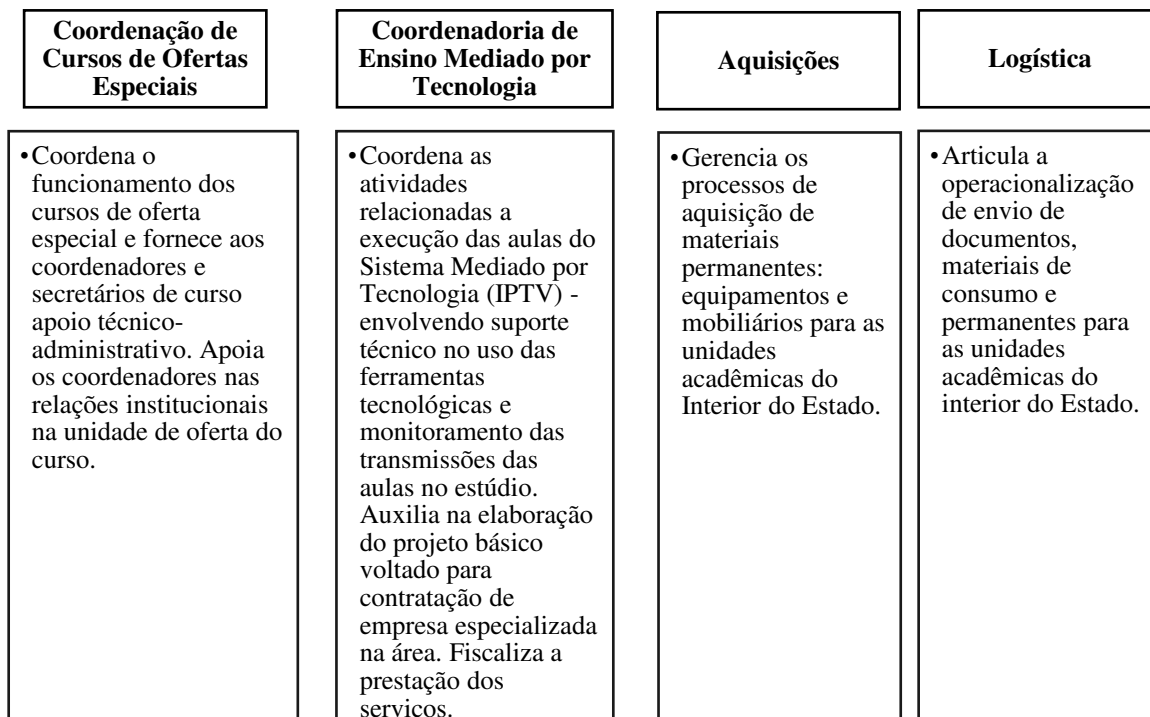
4.2. Estrutura da gestão e dos cursos da UEA para a interiorização do ensino superior

Como parte determinante da estratégia para interiorização do ensino superior no Amazonas, a UEA criou e efetivou a Pró Reitoria de Interiorização (PROINT), pela Lei Nº 4.116 de 20 de dezembro de 2014, com a missão de:

“Garantir a manutenção e expansão da política de Ensino de Graduação, materializada por meio dos Cursos de Graduação de Oferta Especial no interior do Estado do Amazonas, com suporte técnico para as estruturas físicas e acadêmico-administrativas dos Centros, Núcleos e Polos de Ensino Superior, presentes nos diversos municípios do Estado”, (PDI UEA, 2017).

A Figura 10 mostra a estrutura organizacional da PROINT:

Figura 10 – Estrutura organizacional da PROINT



Fonte: www.uea.edu.br

A PROINT é responsável pela coordenação dos cursos de oferta especial da UEA. As atribuições e as atividades da PROINT estão relacionadas com a coordenação de atividades dos cursos de graduação de oferta especial; com a captação das demandas das unidades de ensino do interior; com o planejamento das demandas dos cursos de oferta especial a serem levadas para os municípios; com a interação entre as administrações municipais; com a promoção de boas práticas administrativas entre gerentes e diretores de unidades do interior; com o gerenciamento de processos de aquisições de materiais; e, com a supervisão da Coordenação de Tecnologia Educacional como executora de atividades (PDI-UEA, 2017).

Os cursos de ensino de graduação da UEA foram criados com o intuito de atender a complexa e singular realidade do estado do Amazonas. O PDI-UEA (2022) especifica o funcionamento das modalidades dos cursos de graduação, uma vez que existem os cursos de oferta regular e os cursos de oferta especial. Os cursos de oferta regular são aqueles que regularmente, todos os anos, ofertam vagas por meio dos sistemas de ingresso da UEA, e se destinam a formação e capacitação de profissionais para as áreas tradicionais do saber, nas modalidades bacharelado, licenciatura e tecnologia. Já os cursos de oferta especial decorrem da

necessidade de prover uma capacitação bastante específica e necessária, nas mesmas modalidades dos cursos regulares, mas para são voltados alicerçar o desenvolvimento econômico de um município do interior em particular, ou a um conjunto deles. Os cursos criados para o atendimento de demanda, em geral, não são de oferta regular, com o número de turmas ofertadas necessárias para o atendimento da demanda de capacitação (PDI UEA, 2012).

Cabe ressaltar neste ponto, como visto anteriormente, as dificuldades climáticas, topográficas, tecnológicas e estruturais geram grande desafios para o desenvolvimento de ensino de qualidade, do básico ao superior no Amazonas, tornando-se um verdadeiro problema público. Um problema só se torna público quando ele é assim considerado intersubjetivamente como problema, ou situação inadequada, e relevante para o coletivo, pelos atores políticos, sendo a essência conceitual das políticas públicas. Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público (Secchi, 2013). Considerando o conceito de política pública observamos ainda, além do problema público, os instrumentos e os atores envolvidos (Secchi, 2020).

Para que a política pública, na fase de implantação, seja executada, após a tomada de decisão que sucede a formulação de alternativas de solução, são necessários os instrumentos de políticas públicas, que possibilitem transformar as intenções em ações políticas. Um destes instrumentos é a Regulamentação, que cria regras ou restrições à liberdade econômica, social ou política (Secchi, 2013)

Considerando a política de interiorização do ensino superior, com todos os problemas já citados inerentes às condições geofísicas e estruturais do estado, a falta de acesso e sucesso do aluno oriundo do ensino básico das escolas públicas do interior e da capital nos concursos do Vestibular e SIS da UEA, foi admitido como um problema público, cujo instrumento de política pública constituído como tratamento para solucionar/amenizar este problema foi concretizado na elaboração e promulgação pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, ALEAM, de uma Lei Ordinária (Lei nº 6.898/2024), que dispõe sobre as vagas oferecidas em concursos vestibulares da UEA, e sobre a distribuição percentual das vagas dos cursos de graduação entre as duas modalidades dos certames de ingresso na UEA. Esta lei fundamenta então as regras constantes nos Editais do Vestibular e do SIS.

“Art. 6º As vagas em cursos e turnos aprovadas pelo Conselho Universitário da UEA, fixadas conforme os projetos pedagógicos de cursos, serão oferecidas anualmente, mediante a seguinte distribuição:

I – 40% (quarenta por cento) das vagas dos cursos e turnos serão destinadas ao ingresso mediante a modalidade vestibular; e

II – 60% (sessenta por cento) das vagas dos cursos e turnos serão destinadas ao ingresso mediante a modalidade SIS.” (Lei nº 6.898 de 20/5/2024).

Nos Editais de 2025, ingresso 2025. que regem as normas para o Vestibular e do SIS da UEA, encontramos as especificações que, em concordância com a Lei nº 6.898, sedimentam os percentuais de vagas aos alunos das escolas do interior. Para o Vestibular, observa-se:

“2. Dos Grupos:

2.1. Em obediência ao disposto na Lei Estadual Nº 6.898, de 20 de maio de 2024, e da Resolução Nº 048/2024-CONSUNIV, as vagas ofertadas no concurso Vestibular 2024, acesso 2025, estão distribuídas nos seguintes grupos:

I: Grupos da Concorrência Geral (Grupos 1, 2, 3, 4, 5 e 6),

II: Grupos da Concorrência por Reserva de Vagas (Grupos 7, 8, 9, 10, 11 e 12).

GRUPO 7: Estudantes de escola pública do estado do Amazonas.

1. Requisitos:

1.1 Tenha concluído o Ensino médio, tendo cursado integralmente os três anos do ensino médio (do 1º ao 3º ano) em escolas públicas no Estado do Amazonas, em cursos regulares, em cursos de educação profissional técnica de nível médio ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

GRUPO 12: Estudantes do interior do estado do Amazonas.

1. Requisitos:

1.1. Tenha concluído o Ensino médio, tendo cursado os três anos do ensino médio (do 1º ao 3º ano) em escolas de qualquer natureza, em cursos regulares, em cursos de educação profissional técnica de nível médio, no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos;

1.2. Tenha cursado pelo menos oito séries da educação básica em escola de qualquer natureza em município do interior do Estado do Amazonas.” (Edital Nº 044/2024 – GR/UEA).

Para o SIS, observa-se:

“2. Dos Grupos

2.1. Em obediência ao disposto na Lei Estadual Nº 6.898/2024, 13 e Resolução Nº 048/2024-CONSUNIV, as vagas ofertadas para os candidatos da Prova de Acompanhamento III, do SIS 2024, estão distribuídas nos seguintes grupos:

I: Grupos da Concorrência Geral (Grupos A, B, C, D e E),

II: Grupos da Concorrência por Reserva de Vagas (Grupos F, G, H, I, J e K).

GRUPO A: ESTUDANTES DE ESCOLA PÚBLICA.

1. REQUISITOS:

1.1 Tenha concluído o Ensino médio, tendo cursado integralmente os três anos do ensino médio (do 1º ao 3º ano) em escolas públicas no Brasil, em cursos regulares ou em cursos de educação profissional técnica de nível médio.

GRUPO K: ESTUDANTES DO INTERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS.

1. REQUISITOS:

1.1. Tenha concluído o Ensino médio, tendo cursado os três anos do ensino médio (do 1º ao 3º ano) em escolas de qualquer natureza no Estado do Amazonas, em cursos regulares ou em cursos de educação profissional técnica de nível médio;

1.2. Tenha cursado pelo menos oito séries da educação básica em escola de qualquer natureza em município do interior do Estado do Amazonas.” (Edital Nº 045/2024-GR/UEA)

O compromisso estratégico com base na necessidade de prover ensino superior de qualidade aos 61 municípios do interior do estado do Amazonas motivou a UEA a desenvolver a modalidade de cursos de graduação “sob demanda”, “oferta única” ou, simplesmente, como

são mais conhecidos, “de oferta especial”. Esses cursos são modulares, presenciais, em Tecnologia, Licenciatura e Bacharelado, ofertados nos concursos Vestibular e Sistema de Ingresso Seriado (SIS) da UEA.

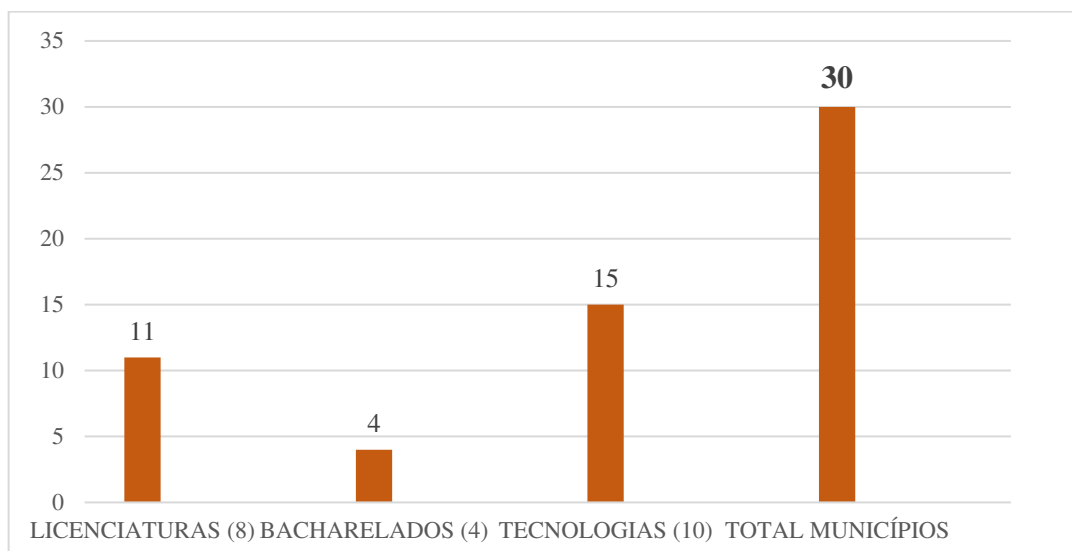
Os docentes das disciplinas ou se deslocam até a turma, nos municípios, e lá permanecem ministrando as aulas, no turno específico, conforme a carga horária prevista. Ainda, os Cursos de Oferta Especial ou, quando desenvolvidos na forma mediada por tecnologia, as aulas são realizadas pelos docentes das disciplinas em um ambiente de estúdio próprio da UEA e transmitidas ao vivo, *real time*, para as respectivas turmas, em sala de aula, via satélite, no turno específico. Esta última modalidade conta ainda com um docente responsável pela turma, residindo no município, especificamente contratado via Processo de Seleção Simplificado (PSS) para ser o “tutor” da turma.

O trabalho de suporte acadêmico e pedagógico em conjunto com os Coordenadores dos Cursos e Gestores dos NES, CES e responsáveis pelos PES, é realizado pela CCOE, em sinergia com a Pró-reitora de Graduação (PROGRAD) e a PROINT. Em se tratando de cursos de oferta especial como potencial instrumento dentro da estratégia para vencer os desafios impostos pelas características do estado do Amazonas, representadas principalmente pelas dificuldades de acesso, a UEA faz uso de duas modalidades de ensino presencial: a modular presencial (alunos em sala de aula, com professores que se deslocam para o município) e a modular mediada por tecnologia (alunos em sala de aula, com professores em estúdio, em transmissão simultânea) (UEA, 2022). A opção por uma das modalidades de ensino está relacionada com número de municípios a serem atendidos.

Como parte da estratégia de interiorização do ensino superior, a UEA desenvolve a modalidade conhecida como Presencial Modular Contínua. As disciplinas, neste caso, são ministradas presencialmente, por um docente que se desloca da capital, ou até mesmo de outro estado da Federação, para o município no qual o curso está sendo ofertado e lá permanece com a turma conforme a carga horária da disciplina específica (PDI UEA 2017).

A pesquisa junto aos entrevistados III e IV da CCOE mostrou que, no de 2024, estão em atividade 22 Cursos de Graduação Modulares Presenciais, sendo oito cursos de Licenciatura, quatro de Bacharelado e dez de Tecnologia, contemplando 30 municípios, como mostra a Figura 11. A listagem completa desses municípios e cursos se encontra no Apêndice II.

Figura 11 – Cursos de Oferta Especial - Modulares Presenciais e número de municípios atendidos



Fonte: Elaboração própria.

Sempre que a demanda precise atender a um número mais significativo de alunos em diversos municípios, a alternativa mais eficaz para a UEA é o ensino através dos cursos presenciais mediados por tecnologia. Essa opção é a mais viável economicamente e adequada para alcançar um grande contingente populacional. No entanto, quando a demanda no interior é mais localizada e específica, a UEA prefere adotar o ensino presencial modular (PDI UEA, 2017).

Os modelos de Ensino a Distância (EaD), assumem, na sua maioria, uma característica de porte e interiorização com capacidade. Os cursos à distância têm a capacidade de atender quantidades significativas de alunos em diversas localidades, de forma síncrona ou assíncrona (Sobrinho, 2008). No formato síncrono, os estudantes assistem a aula de forma presencial, em momento definido, via televisão, em uma sala de aula, havendo também um professor tutor que acompanha a turma, preferencialmente. Na UEA, essa modalidade é chamada de Sistema Presencial Mediado por Tecnologia, e é uma das suas estratégias para a interiorização do ensino superior no Amazonas.

Este Sistema firma-se, assim, mais como processo de capacitação e para as pessoas e para a própria Universidade, muito mais do que como simples implementação de novos programas ou novas tecnologias, porque “não se sustenta a expectativa de que a inovação é ato tecnológico típico. A tecnologia, se considerada isoladamente, tende à altivez, soberba e instrumentalização, tal como uma idiotice especializada. Como criação humana que é seu estofado advém dos conteúdos a que deveria servir (Demo, 1993, p. 96).”

Com o Sistema de Ensino Presencial Mediado por Tecnologia, que integra os referenciais clássicos de educação às tecnologias e aos meios de telecomunicação, a UEA foi capaz de responder inicialmente às necessidades regionais de formação de quadros docentes e, desde então, avança tendo em mente que não há alternativa mais exitosa para atender às demandas por formação de recursos humanos nos níveis de graduação em um estado tamanha extensão territorial.

Os objetivos da UEA privilegiam ao homem obviamente, e não a tecnologia, assim emerge de seus ambientes uma nova conduta, uma nova ética, cujo ponto de apoio pode ser verificado pela necessidade humana de transcender a sua própria existência e de sobreviver. Ao mesmo tempo, os objetivos Institucionais devem cumprir o papel de proporcionar espaços estruturalmente adequados à fundamentação teórica, não esquecendo o resgate das características e identidades amazônicas, as tradições, as peculiaridades de produção e de pesquisa voltada aos interesses regionais e às “necessidades de criar outra tradição intelectual que abranja a complexidade de relações indicadas como ilustração de um conjunto de problemas novos que a Amazônia põe para o mundo (Silva; Freitas, 2000, p. 182)”.

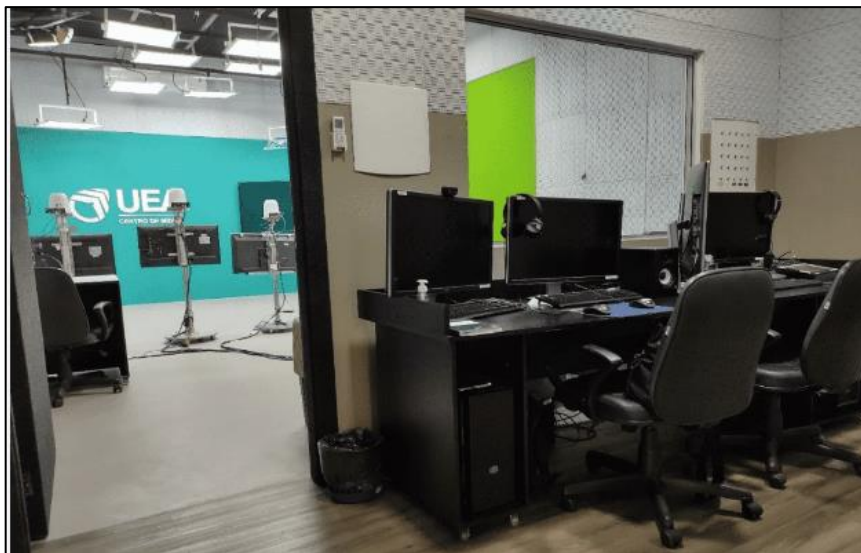
A implementação do Ensino Presencial Mediado denota uma inovação que é também prova cabal de maturidade acadêmica, e uma mudança no papel da universidade, que passa da condição exclusiva de detentora e fonte da verdade para a construção do conhecimento, em um processo socialmente referenciado. Por essas e por outras razões de natureza epistemológica, teórico-práticas e político-econômicas que são elencadas no decorrer do texto, justifica-se a relevância da implantação no passado e da manutenção no presente do Sistema de Ensino Presencial Mediado por Tecnologia na UEA. Entendendo-se tal manutenção como processo de aperfeiçoamento baseado na qualidade da educação.

A opção por essa modalidade de ensino depende essencialmente do número de municípios a que se almeja ofertar um determinado curso. Sempre que a demanda revelada por formação superior contemplar um número expressivo de alunos em um número significativo de municípios, a alternativa mais eficaz para a UEA está no Sistema de Ensino Presencial Mediado por Tecnologia, por ser a opção economicamente viável e apropriada para atingir maior contingente populacional (Costa Filho, 2019).

No Ensino Presencial Mediado por Tecnologia, as aulas são transmitidas via satélite, a partir de um estúdio de televisão instalado na capital, Manaus, para todos os municípios contemplados por um determinado curso. Para isso a UEA conta com um Centro de Mídias exclusivo, estruturado com cinco estúdios de gravação, com equipamentos profissionais e

modernos de áudio e vídeo, além de uma equipe técnica especializada que cuida, da produção e adequação do material didático das aulas, do suporte técnico da gravação das aulas e intermediação com os municípios receptores, para áudio e vídeo, fazendo o link necessário para a transmissão via satélite da aula, como mostra a Figura 12.

Figura 12 – Aula no Ensino Mediado – Vista do estúdio



Fonte: Coordenação Cursos de Oferta Especial - PROINT/UEA.

O corpo docente é constituído por professores que ministram as aulas, em tempo real, no estúdio e pelo professor tutor, que fica na sala de aula com a turma, no município. A principal virtude do Ensino Presencial Mediado por Tecnologia está na criação de uma nova e dinâmica mentalidade de trabalho colaborativo de natureza multidisciplinar, abrindo uma dimensão que propõe uma nova forma de avaliar os investimentos na educação, e não apenas no fato de derrubar fronteiras e aproximar os que estavam separados (PDI UEA 2017).

O Sistema de Ensino Presencial Mediado por Tecnologia constitui um processo estruturado, visto que, o planejamento, as dinâmicas, e a formalização da aula são atraídos para um momento anterior à sua véspera. A divisão específica do trabalho e a especialização de funções profissionais, marcam essa categoria de ensino mediatizado por tecnologia. Não há como negar que uma aula em ambiente tecnológico está muito além daquilo que um professor individual pode fazer, pela falta de tempo ou pela variedade de talentos requerida (PDI UEA 2017).

A gestão do processo, envolvendo os materiais didáticos de um curso, deve estar inserida em um ambiente que reúne todos os profissionais envolvidos nessa metodologia. As abordagens teóricas devem ser discutidas e aprimoradas por todos os sujeitos na utilização dos recursos disponíveis. A análise das diferentes tecnologias deve ser observada pelo ponto de

vista individual, coletivo e colaborativo. Os docentes e demais envolvidos com o trabalho devem conhecer e dominar o conceito geral de televisão, como ambiente didático, assim como o uso de diferentes tecnologias como videoconferência e dispositivos, também servindo de aporte para a produção e para a orientação dos materiais das disciplinas (PDI UEA 2017).

O processo de desenvolvimento e a criação de recursos audiovisuais realizado pela equipe multidisciplinar tem como fator dominante a simplicidade, não a redundância. Tal simplicidade visa garantir a inserção de recursos audiovisuais ricos em argumentos de apoio às explanações do professor, resultando em uma aula que congrega um conjunto de elementos articulados entre si que retomam os mais importantes tópicos de conteúdos da disciplina.

Nessa etapa, converte-se o roteiro na sequência de imagens que formarão a mensagem da aula, como ilustrações e gráficos, inserção de vídeos, dentre outros. Culmina assim a criatividade na construção da aula: a codificação da mensagem, buscando a forma mais eficaz para a comunicação. A leitura dos simbolismos de cada imagem pode variar, possibilitando que se alcance o ponto o mais próximo possível do desejado. As imagens podem ser reinterpretadas de formas variadas pelo professor quando da montagem final da sequência, podendo tomar significados mais amplos do que àqueles para os quais foram criadas (PDI UEA 2017).

A produção de recursos audiovisuais também abrange “produção em área externa” na Capital. Entende-se como produção em área externa, a transmissão ao vivo ou a gravação para posterior veiculação de um evento de caráter pedagógico e social, realizado fora do ambiente próprio do estúdio que requeira o deslocamento de infraestrutura tecnológica e humana para sua cobertura.

Também há a transmissão ao vivo em área externa, veiculando atividades em tempo real para atender palestras ou eventos de caráter pedagógico e social realizados fora do ambiente próprio do estúdio e que requeira o deslocamento mínimo de estrutura de TV (estima-se a câmera, microfone e computador com *software* IPTV instalado) e humana para sua cobertura com a colaboração IPTV pelo estúdio fixo.

A interatividade entre alunos e professores é um dos pontos mais significativos da metodologia, pois possibilita o contato em tempo real com todos os alunos e professores em todos os municípios envolvidos. Essa fase ocorre basicamente em três níveis:

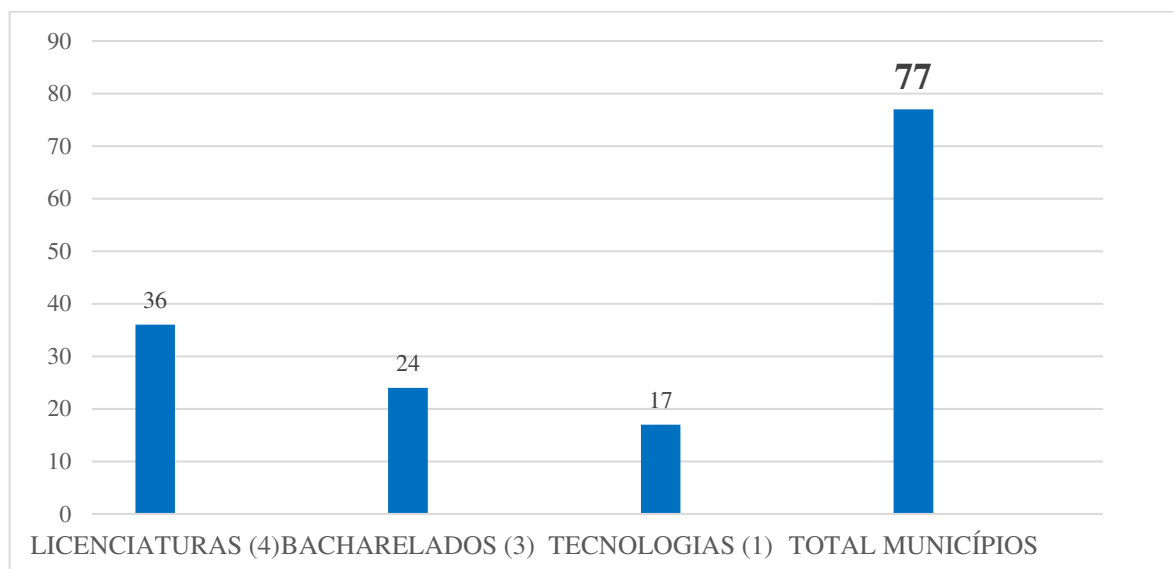
- a) **Momento da transmissão** – Durante a exposição da aula, reserva-se um momento específico de interação, ocasião em que os alunos se comunicam diretamente com os professores da disciplina, revelando as suas dúvidas ou emitindo opinião a respeito do tema abordado;

b) **Utilização do Chat público** - Tem a função viabilizar o diálogo/bate-papo (chat) e troca de arquivos, permite a socialização das dúvidas, das opiniões e dos comunicados de interesse estritamente pedagógico e coletivo, sempre sob a supervisão do professor local, que deverá avaliar a pertinência e a coerência de cada comunicado a se tornar de domínio público, tomando como base a ética, o engrandecimento intelectual e humano do coletivo.

c) **Utilização do Chat Privado** - Como o próprio nome o caracteriza, o bate-papo é privado. Utilizado exclusivamente pelo professor assistente para esclarecer suas dúvidas, expor um problema experimentado e discutir o seu enfrentamento, questionar a abordagem defendida pelo professor titular, propor uma atuação diferente, enfim, tratar as questões de caráter pontual e não apropriadas para ser socializada no chat público.

Na modalidade Modular Mediado por Tecnologia, a pesquisa com os entrevistados III e IV, levantou que, em 2024, estão em atividade oito cursos na modalidade Modular Mediado, sendo um de Tecnologia, três de Bacharelado e quatro de Licenciatura, atendendo 77 municípios, como mostra a Figura 13. Aqui é importante observar que, e este pode ser considerado o diferencial, pois quantidade menor de cursos contemplam um número maior de municípios e alunos. No Apêndice II se encontra a listagem dos municípios atendidos por curso contemplado.

Figura 13 – Cursos de Oferta Especial - Modulares Mediados por Tecnologia e número de municípios atendidos



Fonte: Elaboração própria.

É importante ressaltar que o Ensino Presencial Mediado por Tecnologia - IPMT está em conformidade com a Constituição Federal e seus objetivos. Para que o método seja eficaz e visível, o Centro de Mídias de Educação do Amazonas (CEMEAM), ressalta que “Não existe

outro ensino mediado por tecnologia no mundo igual ao do Amazonas”. A Educação Presencial Mediada por Tecnologias deve ser aplicada em até 20% da carga horária total da atividade e de forma atípica, pode ser em até 50%, pois a proposta é de realizar a integração de tecnologias no processo diário de educação, melhorando a comunicação e influenciando diretamente os resultados da instituição (Pessoa, 2023).

Segundo Pessoa (2023), as principais vantagens do método EPMT estão associadas com a presença do docente em diversas cidades em tempo real; a maior eficiência, aprimoramento e qualidade na prestação de serviços de educação superior; a redução de custos e prazos na execução de projetos; a possibilidade de investimento público para expandir a oferta de novos produtos em parceria com o setor privado ao longo do contrato; a flexibilidade para a criação de novos cursos; o desenvolvimento de grandes projetos de infraestrutura; e a geração de emprego e renda. Assim, o EPMT busca ampliar as oportunidades de acesso à educação em municípios que ainda não possuem ensino de qualidade, além de gerar demanda por profissionais qualificados com nível superior para lecionar no Estado do Amazonas, promovendo o acesso ao ensino superior.

4.3. Estratégia de interiorização do ensino superior da UEA e desenvolvimento socioeconômico

A determinação dos cursos de oferta especial implica em um processo decisório da UEA como instituição pública. A tomada de decisões deve estar fundamentada em uma metodologia ligada à avaliação das alternativas relacionadas ao objeto do processo, e todas devem satisfazer a um conjunto de objetivos pretendidos. Desta forma, deverá a UEA como gestora dessa política pública, seguindo uma relação ética e transparente com a sociedade do estado, estruturar-se de forma a criar mecanismos para reconhecer e conhecer as necessidades de ensino superior apropriados aos municípios do interior, isentos de outros objetivos que não sejam aqueles de buscar o desenvolvimento socioeconômico de suas populações e aproveitando as aptidões, recursos e atividades destes municípios.

A definição do critério de escolha da modalidade do curso de graduação de oferta especial baseada na quantidade de municípios a alcançar é estruturalmente correta quando é analisado o viés do custo; porém, se considerarmos o compromisso e o desafio assumido pela UEA de buscar o desenvolvimento do interior do estado do Amazonas por meio da interiorização do ensino superior, é possível constatar que somente esse critério poderia não ser

suficiente, considerando que os recursos tecnológicos desta modalidade não estão ainda implementados ou acessíveis em muitos municípios.

Neste aspecto, uma reflexão um pouco mais detida no exposto acima aponta para a relevância da necessidade da existência de critérios consistentes para a determinação dos cursos superiores de oferta especial oferecidos de forma apropriada e que garantam o acesso da população do município à educação superior, promovendo a capacitação do estudante do interior de tal forma que eles tenham condições de propor soluções para o desenvolvimento socioeconômico da região, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, dentre outros aspectos.

A instrumentalização da política pública de interiorização do ensino superior pela UEA, deve ser estruturada de tal forma que cumpra os objetivos acadêmicos, sociais e culturais com vistas ao desenvolvimento dos municípios do interior e de sua sociedade. As estratégias pedagógicas se mostram robustas, mas só poderão ser eficazes se houver o acerto na culminação do processo decisório que possibilitará levar ao “município certo” o “curso certo”, ou seja, aquele que realmente possibilitará seu desenvolvimento.

Neste caso, percebe-se a necessidade de aplicação de elementos usuais de tomada de decisão. É comum que os agentes públicos se depararem com situações nas quais decisões devam ser tomadas entre uma série de alternativas, muitas vezes conflitantes e concorrentes (Lachtermacher, 2004).

Vale aqui ressaltar que, as escolhas feitas por decisões sem uma metodologia coerente e consistente, voltada exclusivamente para os interesses acadêmicos, ficam atreladas à interesses diversos, políticos ou corporativos, que podem não levar ao cumprimento de seus objetivos como instrumentos de uma política pública. Ainda caberia a realização de uma pesquisa futura que trouxesse luz sobre a teoria da decisão e metodologias cabíveis que permitiria a resolução de questões fundamentais relacionadas à decisão de escolha dos cursos de forma mais assertiva.

Este estudo, por meio das entrevistas com os entrevistados I, II, III e IV, levantou que, embora seja nítido que a UEA estejam atendendo de forma muito aceitável a política de interiorização do ensino superior por meio da realização dos cursos de oferta especial, da quantidade de discentes nestes cursos, da boa malha de Unidades de Ensino situadas em municípios estratégicos, ao longo das cinco calhas principais dos rios do Amazonas e de instituir uma Pró Reitoria que cuida especificamente da realidade do interior, todos foram unânimes em assinalar que, até então, não havia uma metodologia específica que possa embasar

a gestão superior no processo de tomada de decisão sobre que cursos são adequados e irão atender as necessidades dos municípios resultando em um maior desenvolvimento socioeconômico.

A importância da existência de uma metodologia que seja baseada em índices que avaliem de forma precisa a realidade, proporciona um caminho seguro na escolha e decisão sobre a oferta dos cursos mais adequados às necessidades dos municípios do interior, livre da influência do oportunismo político, do clientelismo e com boas possibilidades de alcançar bons resultados tanto na formação acadêmica como em todos os atores que são impactados pela atuação regional da Universidade.

É notória e geral a percepção de que, no Brasil, a expansão e a qualificação do ensino superior são condições estruturais para um desenvolvimento econômico e social perene e consistente (Neves; Martins, 2016). Desta forma, foi feito aqui um exercício de análise a respeito do desenvolvimento socioeconômico no estado do Amazonas, e, de forma mais precisa, para os municípios nos quais são ofertados cursos da UEA. Apesar da grandiosidade territorial, do atrativo turístico e das inegáveis riquezas naturais biológicas, minerais e hídricas, o Amazonas, considerando os 62 municípios que o constituem, é um estado pobre, quando consideramos os fatores Emprego e Renda, Educação e Saúde, como é possível observar nos resultados do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), do Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, que consolida em um único número, o nível de desenvolvimento socioeconômico para cada um destes fatores.

O IFDM Emprego & Renda é composto por duas dimensões básicas: a do Emprego – que avalia a real capacidade de geração de emprego formal e ainda o nível em que a mão de obra local é absorvida – e a Renda – segue sua geração e sua forma de distribuição no mercado de trabalho do município. Já o IFDM Educação foi idealizado para detectar a oferta de educação infantil e, principalmente, avaliando assim a qualidade da educação prestada no ensino fundamental, em escolas públicas e privadas. Este aspecto é composto por seis indicadores: atendimento à educação infantil, abandono no ensino fundamental, distorção idade-série do ensino fundamental, docentes com ensino superior no ensino fundamental, média de horas-aula diária no ensino fundamental e nota do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) do ensino fundamental. Finalmente, o IFDM Saúde tem as vistas voltadas para saúde básica e contempla indicadores controlados pelo âmbito municipal: proporção de atendimentos adequados na fase de pré-natal, óbitos cuja causa sejam mal definidas, óbitos infantis evitáveis, e internações sensíveis ao prisma da atenção básica (IDFM, 2018).

Mesmo considerando que a última publicação deste índice foi feita em 2018 (ano base 2016), para efeitos da análise neste trabalho, pode-se considerá-lo útil e adequado para exemplificar a situação dos municípios do Amazonas, uma vez que reflete uma realidade sabidamente perdurável. Desta forma, foram convencionados quatro conceitos para o IFDM:

- Municípios com IFDM **entre 0,0 e 0,4** ► **baixo** estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM **entre 0,4 e 0,6** ► desenvolvimento **regular**;
- Municípios com IFDM **entre 0,6 e 0,8** ► desenvolvimento **moderado**;
- Municípios com IFDM **entre 0,8 e 1,0** ► **alto** estágio de desenvolvimento.

Sendo assim, foram calculados o IFDM geral e o IFDM nos seus três fatores para os municípios do Amazonas, sendo este resultado apresentado na Tabela 1, conjuntamente com um comparativo para o Brasil.

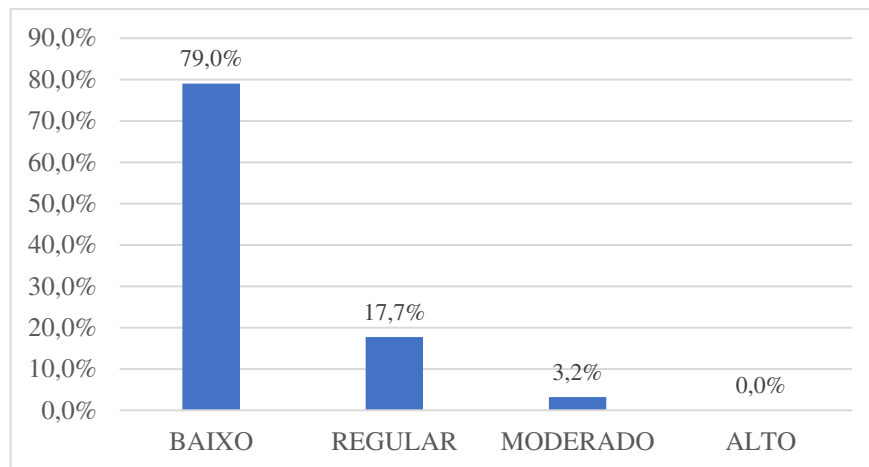
Tabela 1 – IFDM para os municípios do estado do Amazonas

Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal	Amazonas	IFDM	IFDM Emprego & Renda	IFDM Educação	IFDM Saúde
	Mediana dos Municípios	0,4808	0,3188	0,6151	0,5621
	Máximo dos Municípios	0,6931	0,6540	0,7608	0,8528
	Mínimo dos Municípios	0,3214	0,2102	0,4304	0,1849
	IFDM BRASIL	0,6678	0,4664	0,7689	0,7655

Fonte: <https://www.firjan.com.br>

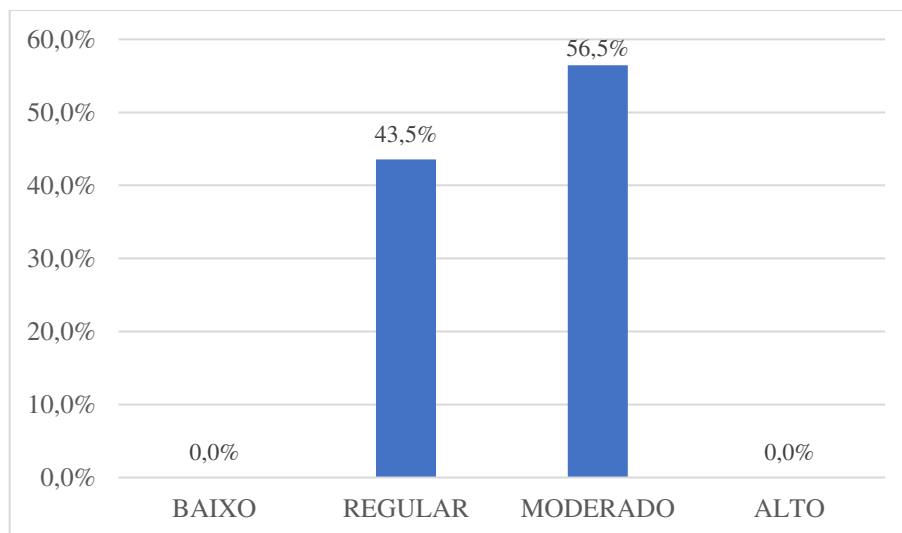
O valor de 0,4808 da mediana para o IFDM dos municípios do Amazonas, coloca o estado na última posição entre os 27 estados da Federação, o que deixa claro a imensa necessidade de desenvolvimento. A análise dos índices dos municípios do Amazonas, relativos aos três fatores, feita separadamente, a partir dos dados levantados pela FIRJAN, evidencia a situação dos municípios nestas três dimensões, a qual observa-se a situação mais crítica para o fator Emprego e Renda, (Figuras 14,15 e 16).

Figura 14 - IFDM dos municípios do Amazonas (Emprego e Renda)



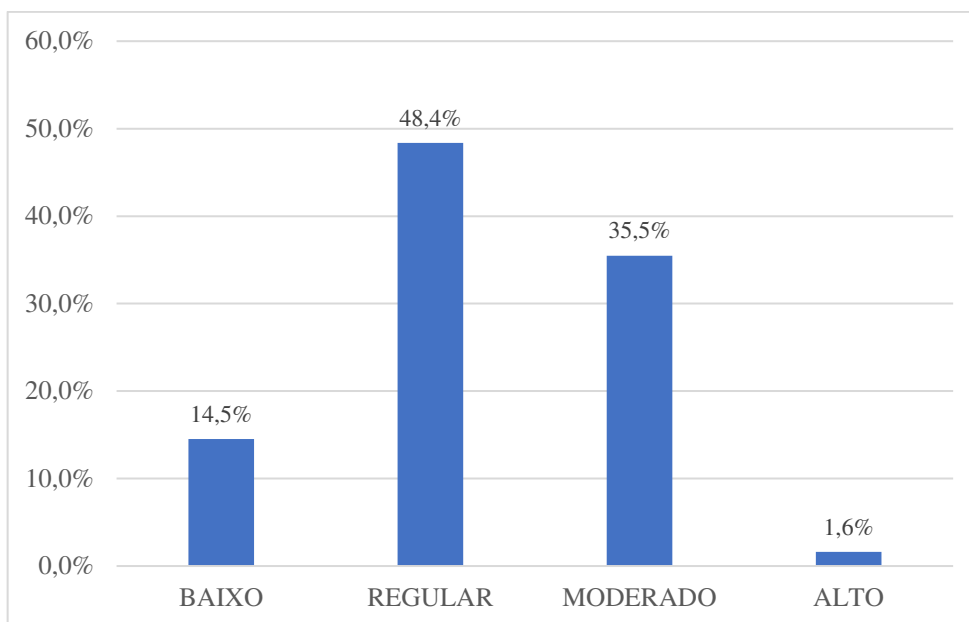
Fonte: Elaboração própria.

Figura 15 - IFDM dos municípios do Amazonas (Educação)



Fonte: Elaboração própria.

Figura 16 - IFDM dos municípios do Amazonas (Saúde)



Fonte: Elaboração própria.

Fica evidente que o Amazonas necessita se desenvolver nestes três fatores, principalmente Emprego e Renda e Saúde. No que diz respeito à abrangência dos cursos de graduação ofertados aos municípios do interior do Amazonas com o prisma focado nos dez municípios o índice IFM de Emprego e Renda, Educação e Saúde são os mais baixos. Assim, é possível observar se os cursos ofertados em 2024 vão ao encontro das necessidades destes municípios para estes fatores.

Quadro 4 - IFDM Emprego e Renda (10 mais baixos) (FIRJAN, 2018) vs. Cursos de graduação

	Município	IFDM Emprego e Renda	Cursos graduação (2024)	Nº Cursos
1	Carauari	0,2346	Tecnologia em Gestão de Turismo, Tecnologia em Gestão Hospitalar, Licenciatura em Letras, Licenciatura em História	4
2	Anamã	0,2330	-	-
3	Santa Isabel do Rio Negro	0,2329	-	-
4	Canutama	0,2297	-	-
5	Silves	0,2282	-	-
6	Manaquiri	0,2273	-	-
7	São Sebastião do Uatumã	0,2230	Licenciatura em Geografia	1
8	Uarini	0,2230	-	-
9	Urucará	0,2153	-	-
10	Careiro da Várzea	0,2102	-	-

Fonte: Elaboração própria.

A partir do Quadro 4, nota-se que apenas 20% dos municípios com os piores índices IFDM de Emprego e Renda foram contemplados com algum curso de graduação no ano de 2024, com destaque para Carauari com os cursos de Tecnologia em Gestão Hospitalar e de Turismo. O Quadro 5 faz a mesma análise considerando o IDFM Educação.

Quadro 5 - IFDM Educação (10 mais baixos) (FIRJAN, 2018) vs. Cursos de graduação

	Município	IFDM Educação	Cursos graduação (2024)	Nº Cursos
1	Maraã	0,5321	-	-
2	Ipixuna	0,5253	-	-
3	Atalaia do Norte	0,5248	-	-
4	Jutaí	0,5232	Tecnologia em Gestão Ambiental, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Letras	3
5	Beruri	0,5119	Licenciatura em Pedagogia do Campo	1
6	Itamarati	0,5007	-	-
7	Canutama	0,4918	-	-
8	Alvarães	0,4831	-	-
9	Pauini	0,4340	-	-
10	Uarini	0,4304	-	-

Fonte: Elaboração própria.

De maneira semelhante ao índice anterior, somente 20% dos municípios com os piores índices IFDM de Educação foram contemplados com cursos de graduação, Jutaí e Beruri. Aqui destaca-se os cursos de Licenciatura em Educação Física, Letras e Pedagogia do Campo para os dois municípios. Já o Quadro 6 apresenta os resultados para o fator saúde.

Quadro 6- IFDM Saúde (10 mais baixos) (FIRJAN, 2018) vs. Cursos de graduação

	Município	IFDM Saúde	Cursos graduação (2024)	Nº Cursos
1	Maués	0,4101	Bacharelado em Ciências Contábeis, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras, Tecnologia em Gestão Hospitalar	4
2	Santa Isabel do Rio Negro	0,3955	-	-
3	Carauari	0,3872	Tecnologia em Gestão de Turismo, Tecnologia em Gestão Hospitalar, Licenciatura em Letras, Licenciatura em História	3
4	São Gabriel da Cachoeira	0,3860	Tecnologia em Agroecologia, Bacharelado em Administração, Bacharelado em Direito, Bacharelado em Ciência Contábeis	4
5	Novo Aripuanã	0,3633	Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharelado em Ciências Contábeis, Licenciatura em História, Licenciatura em Computação	4
6	Atalaia do Norte	0,3479	-	-
7	Jutaí	0,3360	Tecnologia em Gestão Ambiental, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Letras	3
8	Lábrea	0,3054	Bacharelado em Administração, Bacharelado em Ciências Contábeis, Licenciatura em História, Bacharelado em Direito, Tecnologia em Gestão Hospitalar.	5
9	Barcelos	0,2285	Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Letras, Tecnologia em Gestão Hospitalar.	3
10	Ipixuna	0,1849	Tecnologia em Gestão Ambiental, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras.	4

Fonte: Elaboração própria.

Para os municípios com os piores índices IFDM de Saúde, observa-se 80% são contemplados com cursos de graduação. Convém observar o curso de Tecnologia em Gestão Hospitalar, presente nos municípios de Maués, Carauari, Lábrea e Barcelos. Não parece ser coerente que estes municípios, que à exceção de Maués, apresentam o IFDM de saúde muito baixo, venham a partir de um curso de Tecnologia, orientado à gestão de unidades hospitalares irão ter condições de buscar a melhoria e o desenvolvimento na saúde de sua população e nos serviços a ela relacionados. Aqui pode-se ressaltar a importância da ação das políticas públicas que cuidem dos problemas públicos relacionados com a saúde da população. Políticas voltadas para a melhoria da saúde infantil, da estruturação do saneamento básico, do cuidado com as doenças endêmicas, da vacinação efetiva, do combate às drogas, do incentivo à prática de esporte, além de outras. Os instrumentos destas políticas públicas devem fundamentar e complementar o conhecimento superior, sem isso fica absolutamente inócua a formação de profissionais capacitados, ou fora do foco da necessidade do município.

Conclui-se, pelo observado, que a abrangência dos cursos de graduação, quando são focados os fatores que compõem o Índice de Desenvolvimento – FIRJAN, é baixa se

considerados os municípios com os piores índices. Destaca-se, no ano de 2024, o inédito curso de Tecnologia em Gestão Hospitalar que mesmo ainda presente em apenas quatro dos dez municípios com os piores índices na saúde, dá um indicativo de assertividade na decisão.

Além dos aspectos relacionados aos fatores do IFDM, Costa e Oliveira (2011) destacam que a escassez de recursos humanos qualificados para prover um ensino superior de qualidade em cada município amazonense é também um desafio para a interiorização do ensino. Ou seja, a formação de docentes e de técnicos pode ser considerada também um fator que poderá contribuir para qualificação dos recursos humanos da UEA em termos gerais, mas também, para a interiorização do ensino. Vale ressaltar o Mestrado Acadêmico Interinstitucional da UEA com o Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa (UFV), parceria na qual foi possível a realização desta Dissertação.

A construção de uma universidade na Amazônia traz uma gama de problemas complexos que atingem as universidades contemporâneas, particularmente aquelas situadas em regiões remotas. Em países como o Brasil as universidades devem operar em muitas frentes em vista da ampliação do acesso à educação superior ao maior número possível de estudantes, desde o aumento da eficiência de gestão e, sobretudo, da melhoria da qualidade acadêmica de seu produto (Mello, 2008). Sendo assim, os resultados aqui apresentados revelam que, apesar de todos os desafios peculiares do Amazonas, a estratégia de interiorização do ensino superior promovida pela UEA, além de contemplar todo o estado, engloba também os cursos de oferta especial, seja modular presencial, seja modular mediado por tecnologia.

Não há esforços aqui em medir a qualidade acadêmica desses cursos, por não ser o propósito da pesquisa. No entanto, quanto ao outro aspecto pontuado por Mello (2008) – eficiência de gestão – assume-se aqui que a criação de uma estrutura específica para a gestão da interiorização do ensino superior por intermédio da PROINT é uma forma de implementar a estratégia para lidar com a complexidade da realidade do estado do Amazonas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UEA vem buscando cumprir a política de interiorização do ensino superior no Amazonas. Estruturalmente, estando presente em 35 municípios, estrategicamente atrativos, entre Centros, Núcleos e Pólos. Pela instituição de uma estrutura de gestão ao nível de Pró Reitoria, focada para a realidade do interior, a PROINT. Pela criação de forma diferenciada da capital, dos cursos de graduação voltados para o interior do estado, os Cursos de Graduação de Oferta Especial, onde o grande diferencial encontra-se na modalidade Modular Mediado por

Tecnologia, atendendo 77 municípios de forma simultânea, suportados por uma tecnologia de ponta, adequada à realidade do estado, vencendo as grandes distâncias e condições rigorosas de clima, que diferente do EaD, traz para as salas de aula das Unidades de Ensino, via satélite, o ensino superior.

O volume de cursos de graduação ofertados no interior do estado em 2024, 18 turmas nos cursos regulares, 30 turmas nos de oferta especial na modalidade presencial e 77 turmas na modalidade mediada por tecnologia, mostra-se, em princípio, razoavelmente grande, e, se considerarmos o número de 35 discentes estimados por curso, chega-se a um número em torno de 4.350 alunos. A estrutura observada para a realização e processo de transmissão das aulas dos cursos mediados por tecnologia, praticamente único no Brasil, denota o grande investimento por parte da Universidade (o segundo maior valor dos contratos mantidos pela instituição) que garante grande penetração do ensino na vastidão do interior do estado.

A utilização de um índice de desenvolvimento socioeconômico, o IFDM -FIRJAN, trouxe à luz da análise, neste trabalho, a evidente necessidade de desenvolvimento do estado e, ao segregar os fatores relacionados com Emprego e Renda, Educação e Saúde, mostrou que há uma janela grande de oportunidade para a Universidade ajustar o foco decisório sobre a oferta dos cursos mais adequados para as necessidades de desenvolvimento dos municípios de interior se adotar índices que mostrem as criticidades nos fatores de desenvolvimento.

Ao trabalhar com os índices IFDM -FIRJAN, esta pesquisa pode constatar que o estado do Amazonas apresenta uma criticidade grande no tocante a Saúde e Emprego e Renda e um pouco menos no item Educação. A proposta de desenvolvimento por meio do ensino superior por si só não culminará em algum resultado se não estiver acompanhada pela ação de políticas públicas que alavanquem esse desenvolvimento. Não se trata apenas de buscar incremento na economia do município para que seja ostentado um razoável índice do produto Bruto municipal per capita. Muito menos, de pouca valia será para a melhoria das condições da coletividade local, o desenvolvimento de tecnologias que promovam melhor aproveitamento dos recursos naturais da localidade em que haja uma melhoria nas condições gerais da saúde, segurança alimentar e educação básica. Nestas condições, como pode a coletividade se sentir realmente possuidora das várias forma de liberdade sem o desenvolvimento que as promova?

Buscar a interiorização do ensino superior, como o realizado pela UEA, pode vir a contribuir a médio e longo prazo para a promoção do desenvolvimento municipal se estiver lastreada por instrumentos de políticas públicas que venham solucionar os problemas relacionados à saúde, à geração de renda que aproveite as características da cultura local, à

manutenção nas localidades da parte da população, detentora do conhecimento superior, para que possa ter a liberdade de optar em ter um trabalho digno na área do conhecimento adquirido, ao isolamento tecnológico criado pela condições hostis de clima e geoclimáticos, entre outros. Fazer com que o ensino superior dê condições de liberdade para as populações do interior do Amazonas, e auxiliar no desenvolvimento socioeconômico de cada localidade, esta é a grande busca.

Como sugestão de estudos futuros, poderá ser feita uma relação entre o que foi pesquisado na literatura sobre o desenvolvimento socioeconômico, representado por um índice consistente, impactado pela atuação da universidade e os números que esta pesquisa teve oportunidade de levantar relativos aos cursos de graduação de oferta especial, como número total de cursos, estimativa média de alunos em sala, relação entre as modalidades de licenciatura, bacharelado e tecnologia na oferta de cursos, e sua relação por município que, afinal, se constituem no diferencial da UEA para lograr a interiorização do ensino superior. Sugere-se também ouvir outros membros da comunidade acadêmica, como docentes, discentes e egressos da UEA de diferentes municípios do estado para compreender sob a perspectiva desses atores a importância dos cursos de oferta especial, além de sugestões de melhorias e de metodologias para implementá-los.

REFERÊNCIAS

- AMAZONAS. **Lei Ordinária nº 68.898, de 20 de maio de 2024**. Dispõe sobre as vagas oferecidas em concursos vestibulares da Universidade do Estado do Amazonas e dá outras providências. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Disponível em: apl.al.am.leg.br/norma/13236#:~:text=DISPÕE%20sobre%20as%20vagas%20oferecidas,Amazonas%20e%20dá%20outras%20providências. Acesso em: 16 de outubro de 2024.
- ANDERSON, T.; KANUKA, H. **E-Research: methods, strategies and issues**. Boston: Allyn and Bacon, 2003.
- ANDRIOLA, W. B.; SULIANO, D. C. Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC). **R. Bras. Est. Pedag.**, 2015, v. 96, n. 243, p. 282-298, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/339512841>. Acesso em: 28 ago. 2024.
- APRILE, M. R.; BARONE, R. E. M. Educação Superior: políticas públicas para inclusão social. **Revista ambiente e educação**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 39-55, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto. Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROS, C. S. G. **Pontos de psicologia do desenvolvimento**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- BIZERRIL, M. X. A. O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Aracaju, v. 13, n. 32, p. 1-15, 2020.
- BROSE, M. **Fortalecendo a Democracia e o Desenvolvimento Local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.
- BRUNO, L. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 16, n. 48, 2011.
- BUNKER, S. G. **Underdeveloping the Amazon: extraction, unequal exchange and the failure of the modern State**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- CARMO, A. F. do; ALMEIDA, J. E. de; QUEIROZ, D. K. de. Interiorização Do Ensino Superior E O Desenvolvimento Regional Brasileiro: Uma Revisão De Literatura. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, Sobral, v. 24, n. 3, p. 607-624, 2023.
- CARVALHO, M.; WALTENBERG, F. D. Desigualdade de Oportunidade no Acesso ao Ensino Superior no Brasil: uma comparação entre 2003 e 2013. **Revista Economia Aplicada**, v. 19, n. 2, p. 369–396, 2015.
- CASTRO, E. M.; CAMPOS, I. **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2015. Coleção Formação Regional da Amazônia. 640 p.
- COSTA FILHO, J. P. **A Interiorização da Educação Superior Pública e sua Relação com o Contexto Local: O caso da Universidade do Estado do Amazonas**. 2019. 189 f. Tese

(Doutorado) - Curso de Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

COSTA, M. G. F.; OLIVEIRA, J. A. Uma década de interiorização do ensino superior no Estado do Amazonas: relato de caso da Universidade do Estado do Amazonas. **T&C Amazônia**, Manaus, ano 9, n. 20, 2011.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

FERREIRA, S. M. P. **A dinâmica da economia amazonense no período 1950-1990**. 1994. Dissertação (Mestrado) – Curso de Economia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

FIRJAN. **Site institucional**. 2024. Disponível em: <https://firjan.com.br/pagina-inicial.htm>. Acesso em: 22 ago. 2024.

HALLER, A. Levels of socioeconomic development in the Brazilian Amazon – 1970 and 1980. **Journal of Developing Areas**, EEUU, 1966

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **2022**: mapas e localidades. Amazonas: IBGE, 2022a. Disponível em: <http://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?localidade=13&tema=1>. Acesso em: 24 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama Censo 2022**: mapas e localidades. Amazonas: IBGE, 2022b. Disponível em: <http://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?localidade=13&tema=1>. Acesso em: 28 ago. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2022**. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em https://www.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em 10.jun.2024.

JULIATTO, C. I. **Avaliação do desempenho das instituições universitárias – Educação Brasileira**. Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Brasília, DF: Editora Dois Pontos, 2008. v. 30.

LACHTERMACHER, G. **Pesquisa operacional na tomada de decisões**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2004.

MELLO, A. F. de. A interiorização da universidade na Amazônia: um desafio nacional. **Revista Educação Brasileira**, Brasília-DF, v. 30, n. 60, p. 9-35, 2008.

NASCIMENTO, L. G. **Desafios e enfrentamentos no processo de interiorização da Universidade federal da paraíba (2007 – 2012)**: uma análise dos cursos criados pelo Reuni a partir das demandas no Campus de Areia. 2017. 170 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

NEVES, C. E. B.; MARTINS, B. C. Ensino Superior no Brasil: uma visão abrangente. *In: DWYER, T. et al. (Org.). Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira.* Brasília, DF: Ipea, 2016. p. 95-124.

PESSOA, S. da S.; FONSECA, M. P.; LIMA, F. L. P. de; FILHO, W. L. C. O ensino presencial mediado por tecnologia: quinta geração do ensino a distância. **Peer Review**, v. 5, n. 5, p. 177–193, abr. 2023. Disponível em: <https://peerw.org/index.php/journals/article/view/295>. Acesso em: 28 ago. 2024.

ROLIM, C.; SERRA, M. Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto econômico de longo prazo. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, Curitiba, v. 3, n.1, 2009.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2 ed. São Paulo, Cengage Learning, 2013

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnósticos de problemas, recomendação de soluções** (livro eletrônico). São Paulo, Cengage Learning, 2020

SEN. A. **Desenvolvimento como Liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta. 10. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.

SILVA, J. A. S.; SILVA, S. O. R. Políticas públicas de educação superior e desenvolvimento local: as transformações no município de Cachoeira (BA) após a implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 2, p. 209-232, 2019.

SILVA, J. P.; OURIQUE, M. L. H. A expansão da educação superior no Brasil: um estudo do caso Cesnors. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília - DF, v. 93, n. 233, p. 215-230, 2012.

SILVA, M. C. da.; FREITAS, M. de. **Estudos da Amazônia Contemporânea: dimensões da globalização.** Manaus: EDUA, 2000.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS. **Site institucional.** Sobre a UEA. Apresentação. Disponível em: <https://www1.uea.edu.br/sobre.php?dest=apresentacao>. Acesso em: 28 ago. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS. **PDI Vigente.** 2017. Disponível em: <https://pdi.uea.edu.br/data/area/a01/download/2-1.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (AM). Edital do Concurso Vestibular 2024, Acesso 2025. **Universidade do Estado do Amazonas**, Amazonas, n. 044/2024, 8 jul. 2007. Disponível em: www.uea.edu.br. Acesso em: 10 out. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (AM). Edital do Sistema de Ingresso Seriado SIS 2024, Acesso 2025. **Universidade do Estado do Amazonas**, Amazonas, n. 045/2024, 8 jul. 2007. Disponível em: www.uea.edu.br. Acesso em: 10 out. 2024.

VIEIRA, D. J. **Evolução do ensino superior brasileiro em período recente**: novas perspectivas para o desenvolvimento regional. *In*: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N. de; BRANDÃO, C. A. (org.). **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. p. 277-305.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE I

ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA PRO REITORIA DE INTERIORIZAÇÃO – PROINT/UEA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Data:

Formação Acadêmica:

Tempo na função:

ENTREVISTA

- 1- Qual a sua função na PROINT/UEA atualmente?
- 2- Há quanto tempo que está na função?
- 3- Quais são as atribuições sob a responsabilidade da PROINT?
- 4- Quais as atividades que a PROINT realiza dentro da Política de Interiorização do Ensino Superior da UEA?
- 5- Como a PROINT se relaciona com a infraestrutura das Unidades de Ensino da UEA no interior do estado?
- 6- Poderia descrever como são feitas as demandas para cursos de graduação pelos municípios do interior do estado?
- 7- Como é feita a recepção e ordenamento dessas demandas?
- 8- Quais os setores envolvidos nesses processos?
- 9- Existem prazos a serem cumpridos ou períodos determinados, para o processamento de uma demanda de curso de graduação?
- 10- Quais são os critérios para aprovação de um determinado curso de graduação a ser oferecido?
- 11- Qual a participação do Conselho Universitário neste processo?
- 12- Como é realizada a avaliação de mérito de um curso de graduação a ser oferecido?
- 13- É realizado por esta Pro Reitoria um acompanhamento da eficácia do curso oferecido, atendendo a Política de Interiorização do Ensino Superior?
- 14- Em sua opinião, como a UEA se situa atualmente no cumprimento desta Política?

APÊNDICE II

CURSOS DE OFERTA ESPECIAL - MODULARES PRESENCIAIS

Cursos	Início	Municípios do Amazonas contemplados	Turno
Licenciatura Intercultural indígena	2019/02	Tabatinga	matutino
Bacharelado em Ciência da computação		Itacoatiara	integral
Bacharelado em Engenharia civil		Parintins	vespertino
Tecnologia em Agroecologia	2022/02	São Gabriel da Cachoeira	integral
Tecnologia em Alimentos	2023/02	Boa Vista dos Ramos, Manicoré, Eirunepé	noturno
Tecnologia em Agrimensura		Coari	matutino
Tecnologia em Agroecologia		Apuí, Presidente Figueiredo	matutino
Tecnologia em Gestão ambiental		Santo Antônio do Içá	noturno
Tecnologia em Gestão em turismo		Carauari, Manacapuru, Novo Airão	matutino
Tecnologia em Produção pesqueira		Novo Airão	vespertino
Licenciatura em Ciências biológicas		Novo Aripuanã	matutino
Licenciatura em Geografia		Boa vista dos ramos	noturno
Licenciatura em Geografia		São Sebastião do Uatumã	noturno
Tecnologia em Gestão ambiental		2024/01	Ipixuna, Nova Olinda do Norte e Jutai
Licenciatura em Geografia	Santo Antônio do Içá		noturno
Licenciatura em Matemática	Boca do Acre e Urucurituba		matutino
Licenciatura em Pedagogia do campo	Novo Aripuanã e Beruri		vespertino
Bacharelado em Produção audiovisual	Manaus		matutino
Bacharelado em Arqueologia	Parintins		matutino

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE III

CURSOS DE OFERTA ESPECIAL MODULARES MEDIADOS POR TECNOLOGIA

Curso	Início	Município do Amazonas contemplado	Turno
Bacharelado em Administração	2020/02	Eirunepé, Lábrea, Maués, Nova Olinda do Norte, Novo Aripuanã, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira e Tefé	vespertino
Bacharelado em Ciências contábeis		Eirunepé, Lábrea, Maués, Nova Olinda do Norte, Novo Aripuanã, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira e Tefé	vespertino
Licenciatura em Educação física		Barcelos, Boa Vista Do Ramos, Eirunepé, Ipixuna, Iranduba, Jutai, Manicoré, Nova Olinda do Norte, Santo Antônio do Iça, São Sebastião Do Uatumã, Tapauá	matituno
Licenciatura em História		Boca Do Acre, Carauari, Careiro Castanho, Humaitá, Ipixuna, Itacoatiara, Itapiranga, Lábrea, Maués, Novo Aripuanã, Presidente Figueiredo e Tabatinga.	vespertino
Bacharelado em Direito	2022/02	Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Parintins, Presidente Figueiredo e São Gabriel da Cachoeira.	vespertino
Licenciatura em Letras - Língua inglesa	2023/02	Carauari, Manicoré, Manacapuru e Maués	noturno

Fonte: Elaboração própria.

ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP/UFV



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESTRATÉGIA PARA INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS: O PAPEL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DE OFERTA ESPECIAL

Pesquisador: Luana Ferreira dos Santos

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 76003923.6.0000.5153

Instituição Proponente: Departamento de Administração e Contabilidade

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.575.406